

# GUIA DE FONTES

ORÇAMENTO EM EDUCAÇÃO

Realização:



Financiador:



# Apresentação

---

Com a convicção de que é impossível fomentar o desenvolvimento social sem investimentos em Educação, este Guia de Fontes – Orçamento em Educação oferece ao jornalista sugestões de especialistas sobre a temática em todo o País. A iniciativa parte do princípio de que mais do que um instrumento no qual são definidos os planos e programas de governo – além das receitas e despesas previstas para um determinado período – o orçamento público é um documento de intenções por meio do qual um governo apresenta as prioridades de sua gestão.

Diante disso, certos de que a imprensa tem um papel fundamental para auxiliar na legitimação, difusão e acompanhamento dos recursos orçamentários para a área, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e a Save the Children Reino Unido selecionaram neste documento 50 especialistas que podem auxiliar os jornalistas na construção de reportagens unindo os temas Educação e Orçamento. O objetivo é contribuir com a qualificação dessa cobertura, disseminando informações que fortaleçam o agendamento do debate público e, em conseqüência, o controle social dos recursos destinados à educação.

## Modo de usar

A publicação está organizada por regiões, estados, e pelo nome do especialista. Na página referente a cada uma das fontes de informação, é possível encontrar os assuntos de seu domínio (quais são as políticas públicas e as leis sobre as quais a fonte comenta, por exemplo), suas principais publicações e a forma de acessá-las.

Tal disposição permite diversas formas de consulta aos dados. O jornalista que precisa descobrir uma fonte que fale sobre o orçamento em educação de seu estado, pode usar a ferramenta de busca do programa Adobe PDF, apenas digitando o nome da unidade da federação. Uma forma prática de acessar essa ferramenta é digitando as teclas Ctrl + F. Uma caixa de pesquisas irá se abrir e, então, é só escrever o nome do estado.

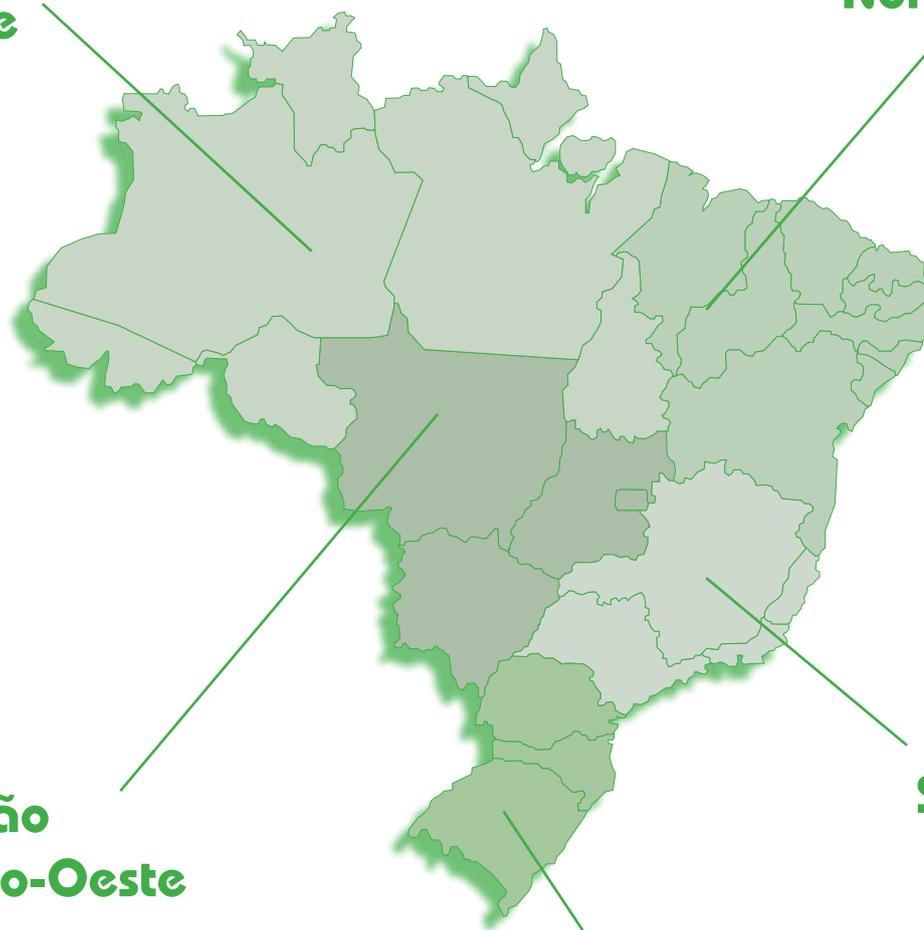
Já aquele que necessita encontrar uma fonte de informação que fale sobre “educação infantil” pode usar a ferramenta de busca e digitar essa expressão. Como resultado, aparecerão todos aqueles especialistas que estão aptos para falar sobre o assunto. O mesmo vale para tópicos como políticas públicas, marco legal, fontes de financiamento, indicadores orçamentários, projetos de lei em tramitação, indicadores e avaliações, metas e objetivos e temáticas orçamentárias específicas.

Entretanto, se o profissional de comunicação já tiver em mente uma questão específica inserida nesses tópicos – como a Lei Orçamentária Anual ou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – pode utilizar a ferramenta de busca para localizar as fontes aptas a tecer considerações a respeito da temática.

É importante destacar que a ferramenta de busca do Adobe PDF se configura como um importante auxílio na agilidade da localização da fonte de informação ideal para a reportagem que está sendo construída. Entretanto, seu uso não é fundamental. O jornalista pode querer ter uma visão geral dos conhecimentos do especialista. E pode encontrar todas essas informações, separadas por tópicos, nas páginas referentes a cada uma das fontes.

**Região  
Norte**

**Região  
Nordeste**



**Região  
Centro-Oeste**

**Região  
Sudeste**

**Região  
Sul**

## REGIÃO NORTE

### Amazonas

Gedeão Timóteo Amorim  
Jorge Gregório da Silva  
Marcelo Magaldi Alves  
Paulo Roberto Bandeira

### Tocantins

Rosilene Lagares

## REGIÃO NORDESTE

### Bahia

Edmerson dos Santos Reis  
Francisco Javier Ulpiano Alfaya Rodriguez  
Marta Rodrigues

### Ceará

Márcio Alan Menezes Moreira

### Paraíba

Luiz de Sousa Junior

### Pernambuco

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho  
Maria Elizabete Gomes Ramos  
Maria Teresa Leitão de Melo

### Piauí

Maria do Socorro Lages de Carvalho  
Rosana Evangelista da Cruz

### Rio Grande Do Norte

Magna França  
Vitor Alencar

## REGIÃO CENTRO-OESTE

### Distrito Federal

Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto  
Cândido Alberto da Costa Gomes  
Jorge Abrahão de Castro  
Juçara Maria Dutra Vieira  
Paulo de Sena Martins  
Paulo Roberto Corbucci

### Mato Grosso

Carlos Alberto Reyes Maldonado

### Mato Grosso Do Sul

Ângela Maria Costa  
Eliete Martins Cardoso de Carvalho  
Giselle Cristina Martins Real  
Maria Dilnéia Espíndola Fernandes  
Pedro César Kemp Gonçalves

## REGIÃO SUDESTE

### Espírito Santo

Gilda Cardoso de Araújo

### Minas Gerais

Dinéia Aparecida Domingues  
Glaucia Barros  
Wieland Silberschneiber

### Rio De Janeiro

Nicholas Davies  
Renato Elman

### São Paulo

Daniel Tojeira Cara  
Denise Carreira  
José Luiz Guimarães  
José Marcelino de Rezende Pinto  
Juca-Pirama Camargo Gil  
Lisete Regina Gomes Arelaro  
Romualdo Luiz Portela de Oliveira  
Rubens Barbosa de Camargo  
Salomão Barros Ximenes  
Valdemir Aparecido Pires

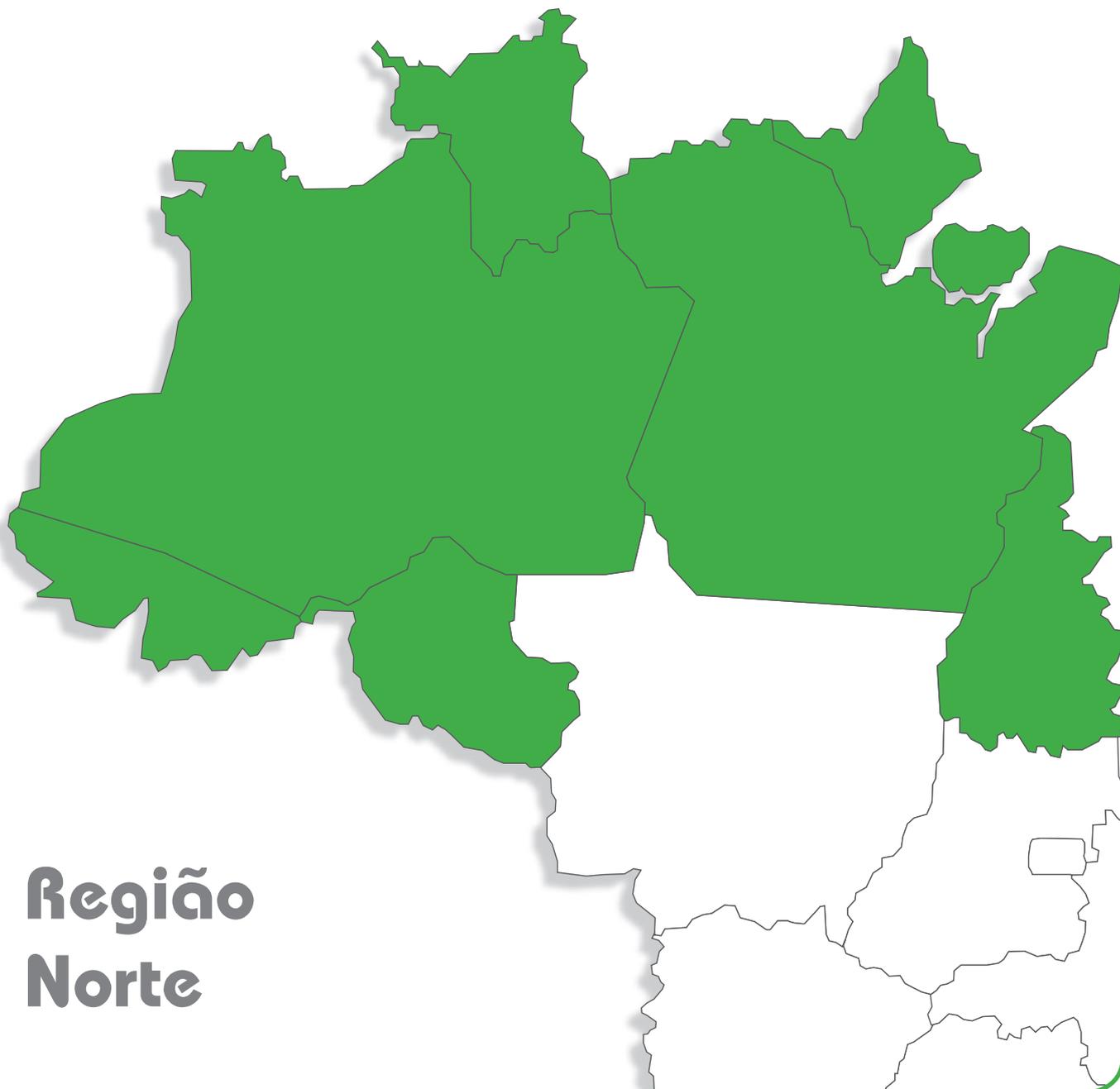
## REGIÃO SUL

### Paraná

Andréa Barbosa Gouveia  
Ângelo Ricardo de Souza  
Mauro Munhoz  
Mônica Ribeiro da Silva

### Santa Catarina

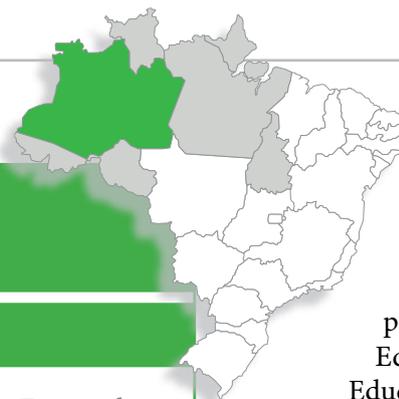
Orlando Mattos Júnior



**Região  
Norte**

## Região Norte

### Amazonas



#### Gedeão Timóteo Amorim

##### Quem é

Secretário de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas.

##### Contato

**Endereço:** Avenida Perimetral, nº 1984 – Japiim, Manaus (AM) – 69076-830

**Fone:** (92) 3613-6688

**E-mail:** gedeano@educ.am.gov.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil; educação básica; educação de jovens e adultos (EJA); e educação “especial” ou inclusiva. Também pode fazer análises mais amplas, tendo como elementos os ensinos fundamental, médio e noturno e as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O secretário possui propostas de soluções a serem seguidas pela sociedade civil para a melhoria da educação estadual e conhece os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) relacionados à Educação, sendo capaz de fazer a correlação entre estes e o gasto público na área.

### Fontes de financiamento

O secretário fala sobre as seguintes fontes de financiamento da Educação: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).

### Metas e objetivos

Possui informações sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE), o Compromisso Educação para Todos, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e o Compromisso Todos pela Educação.

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil). Também conhece dados relacionados ao Censo Escolar; número de matrícula de estudantes; quantidade de professores por escola/sala de aula, por nível de formação; a taxa de evasão escolar.

### Indicadores orçamentários

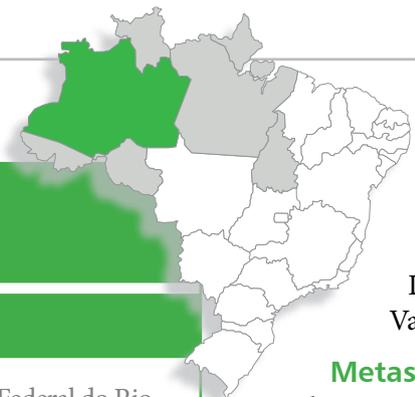
Gasto educacional por estudante; gasto total em educação e relativo ao orçamento público total; custo aluno qualidade; gastos em contratação e remuneração de professores e de outros profissionais da educação; recursos destinados à formação de professores; gastos em insumos (merenda, material didático etc.) e em infra-estrutura.

### Temáticas orçamentárias

Piso salarial dos professores; disponibilidade de recursos; e tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação). Além disso, possui informações orçamentárias comparativas de outros estados e tem sugestões de ações a serem implementadas pelos governos e pela sociedade civil para a melhoria do ensino oferecido pelas escolas brasileiras. □

## Região Norte

### Amazonas



### Jorge Gregório da Silva

#### Quem é

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

#### Contato

**Endereço:** Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3.000 – Coroado, Manaus (AM)

**Fone:** (92) 8126-4616

**E-mail:** jorgegregorio@ufam.edu.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino superior, educação em geral, políticas públicas, marcos legais, orçamento federal, fontes de financiamento, metas e objetivos da educação, indicadores e avaliações, indicadores orçamentários, tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação), informações orçamentárias de outros municípios.

#### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Programa Gestão da Política de Educação; Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Possui dados sobre o público-alvo destes programas, além de metas e resultados. Também avalia a execução destes projetos, apontando falhas ou limitações dos governos e ainda soluções para os problemas identificados.

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

#### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Metas do Milênio; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

#### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante e o Custo Aluno Qualidade (CAQ).

#### Principais publicações da fonte sobre o tema

- SILVA, J. G.; CASTRO, R. S.. Novos comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Manaus: EDUA, 2003.
- SILVA, J. G.. O Contexto Político da Formação do Administrador Escolar. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1996. v. 500. 136 p.

#### Principais artigos sobre o tema

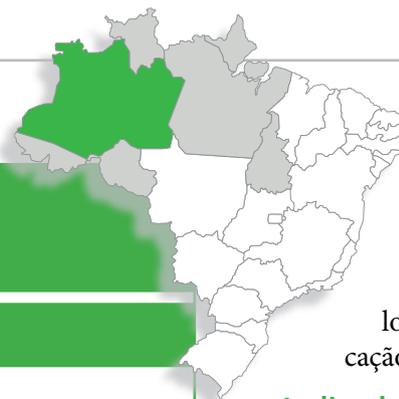
- SILVA, J. G. Políticas de Recursos Financeiros para Educação. Manaus: Diário do Amazonas, 08 jul. 2006. p. 4.
- SILVA, J. G.; CASTRO, R. S. Dinheiro público na esfera privada. Manaus: Diário do Amazonas, 20 jan. 2007. p. 4.
- SILVA, J. G.; CASTRO, R. S. Políticas de recursos financeiros In: LDB. Manaus: Diário do Amazonas, 03 fev. 2007. p. 4.

#### Onde pesquisar publicações da fonte

Biblioteca da Universidade Federal do Amazonas. □

## Região Norte

### Amazonas



#### Marcelo Magaldi Alves

#### Quem é

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas, coordenador de planejamento Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus, professor do Instituto de Ensino Superior da Amazônia e do Centro Universitário do Norte.

#### Contato

**Endereço:** Avenida Recife, 2540 – Parque Dez, Manaus (AM) – 69025-030

**Fone:** (92) 3643-6915 / 9601-9203

**E-mail:** marcelomagaldi@pmm.am.gov.br

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### Indicadores orçamentários

Gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gastos com remuneração de professores e de outros profissionais da educação; gastos em formação de docentes; despesas com insumos (merenda, livros didáticos etc.) e com infra-estrutura (construção, reforma etc.).

#### Temáticas orçamentárias

Piso salarial dos professores; vinculações constitucionais; e eficiência/eficácia do gasto público. □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

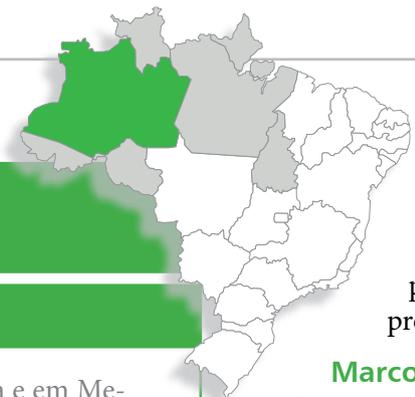
Educação infantil; ensino fundamental; educação de jovens e adultos (EJA); educação rural; orçamento municipal; fontes de financiamento; tramitação de projetos de lei. Acompanha principalmente a execução orçamentária, os indicadores orçamentários e compara informações orçamentárias de outros municípios.

#### Políticas públicas

Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

## Região Norte

### Amazonas



### Paulo Roberto Bandeira

#### Quem é

Pós-graduado em Gestão Estratégica e em Metodologia do Ensino Superior em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Iranduba (AM).

#### Contato

**Endereço:** Av. Rio Madeira – Centro, Iranduba (AM)

**Fone:** (92) 9152-6475 / 9128-1629

**E-mail:** prband@bol.com.br

porte Escolar. Também possui dados sobre a população beneficiada e as metas dos programas e pode avaliar o impacto destas políticas nas comunidades e situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção.

#### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Lei Orgânica dos municípios; Estatuto do Servidor Municipal; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

#### Metas e objetivos

Plano Municipal de Educação (PME); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); matrículas de estudantes; número de professores por escola/sala de aula, por nível de formação; taxa de evasão escolar.

#### Indicadores orçamentários

Gasto total em educação; gastos em contratação e remuneração de professores e de outros profissionais da educação; gastos em formação de docentes e em insumos (merenda, livro didático etc.). A fonte conhece falhas ou limitações do gasto público municipal e possui sugestões para estes problemas a serem tomadas pelo executivo federal e pelo legislativo municipal. □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

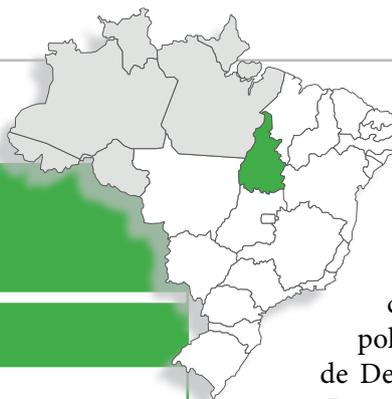
Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos (EJA); políticas públicas; marco legal; orçamento municipal; repasses de verba aos municípios; metas e objetivos da educação; indicadores e avaliações; piso salarial dos professores; indicadores orçamentários; comparação de informações orçamentárias entre outros países, estados e municípios.

#### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Desenvolvimento da Educação; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Bolsa Família; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); Trans-

## Região Norte

### Tocantins



#### Rosilene Lagares

##### Quem é

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), é professora da Universidade Federal de Tocantins (UFT) e vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Palmas.

##### Contato

**Endereço:** AV NS15 ALC NO 14 – Orla do Lago, Palmas (TO) – 77120-020

**Fone:** (63) 3232-8096 / 3216-3559

**E-mail:** [roselagares@uol.com.br](mailto:roselagares@uol.com.br)

### Assuntos sobre os quais tem domínio

A professora possui informações sobre educação infantil (creche e pré-escola), ensinos fundamental e superior, além de discutir questões em geral sobre educação; marco legal da educação; orçamentos públicos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasse de recursos; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; temáticas orçamentárias específicas. Também aborda temas ligados a políticas públicas; avalia a atuação dos governos e sociedade civil na implementação e condução de políticas públicas; propõe soluções para falhas e limitações dos programas educacionais e acompanha a proposição e tramitação de projetos de lei.

### Políticas públicas

Estuda questões ligadas ao público-alvo e metas de programas públicos para a educação, avaliando e comparando os projetos com iniciativas de outras localidades. Entre as políticas públicas para educação, conhece: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa Gestão da Política de Educação; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Bolsa-Escola; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Bolsa-Família; e Transporte Escolar.

### Marco legal

Aborda questões sobre educação por meio da legislação brasileira. Marcos legais que conhece: Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); atos do Poder Executivo; pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, conhece artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os correlaciona com gastos públicos em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); e Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR). ▸

### Metas e objetivos

A fonte conhece metas e objetivos de acordos e compromissos internacionais e nacionais, entre eles: Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar.

### Indicadores orçamentários

Gasto total em educação; gasto por estudante; gastos relativos ao Produto Interno Bruto (PIB); gasto em insumos; investimento público e privado nas instituições de ensino; custo aluno qualidade.

### Temáticas orçamentárias

Analisa questões como vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial dos profissionais da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; eficiência do gasto público; critérios de alocação de recursos; e tensão entre interesses coletivos. Também com-

para informações orçamentárias de outros municípios e avalia políticas públicas e a utilização de recursos na educação, apontando falhas e soluções.

### Projetos de lei em tramitação

Acompanha a formulação de projetos no âmbito do Ministério da Educação (MEC); a elaboração da estimativa de recursos pelo Ministério da Fazenda; a fiscalização da execução orçamentária pelo executivo e pela sociedade civil.

### Principais publicações sobre o tema

- LAGARES, Rosilene. Financiamento da educação básica no Brasil: uma tentativa de síntese. Curitiba: Colóquio Financiamento da Educação, 2005.

### Onde pesquisar publicações da fonte

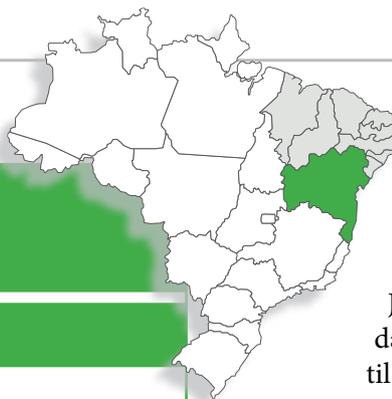
- [www.rededefinanciamento.org.br](http://www.rededefinanciamento.org.br)
- Universidades federais de Goiás ou do Tocantins. □

# Região Nordeste



## Região Nordeste

### Bahia



## Edmerson dos Santos Reis

### Quem é

Mestre em Educação pela Université du Québec a Chicoutimi (UQAC) e doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o especialista atua na Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro (Resab), em Juazeiro (BA).

### Contato

**Endereço:** Rua Conselheiro Saraiva, 25 – 1º andar  
SI. 2 – Centro, Juazeiro (BA) – 48900-000

**Fone:** (74) 3612-8488

**E-mail:** esreis@uneb.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino superior; educação de jovens e adultos; educação rural e educação “especial” ou inclusiva. Além disso, discute sobre políticas públicas; marcos legais; repasses aos estados e municípios; orçamento participativo; fontes de financiamento; metas e objetivos da educação; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; improbidade administrativa. Compara informações orçamentárias de outros estados e municípios e avalia o manejo e a aplicação dos recursos para a educação pelos governos, sociedade civil e organismos internacionais.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Desenvolvimento da Educação da Educação Profissional e Infantil Tecnológica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Gestão da Participação em Organismos Internacionais; Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; Programa de Educação para a Diversidade e Cidadania; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Bolsa-Escola; Políticas de Ação Afirmativa; TV Escola; Programa Luz para Todos; Programa Bolsa Família; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Possui dados sobre a população beneficiada por estes programas, suas metas, resultados e contrapartidas do público-alvo. Além disso, avalia o desempenho dos programas, apontando falhas e sugerindo soluções a serem tomadas pelos governos, setor privado e sociedade civil e as compara com projetos semelhantes de outros estados e municípios.

### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Pacto Nacional; e Lei Kandir. Também correlaciona artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao gasto público em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; Recursos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação >

dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços; (ICMS); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR). Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.); recursos provenientes de responsabilidade social empresarial; e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Um Mundo para as Crianças (MPC); Plano Presidente Amigo da Criança; Selo Unicef; Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); indicadores da OCDE; Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de

professores; taxa de docentes por aluno, por escola/sala de aula, por região ou unidade federativa e por nível de formação; evasão escolar.

### Indicadores orçamentários

Indicador de gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao orçamento público total; investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; recursos destinados às instituições de ensino por categoria de serviços e nível de formação; custo aluno qualidade; gastos em educação relativos a outras funções, contratação e remuneração de professores e outros profissionais e a formação de docentes; verbas para infraestrutura das instituições de ensino.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); estruturas de gestão de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

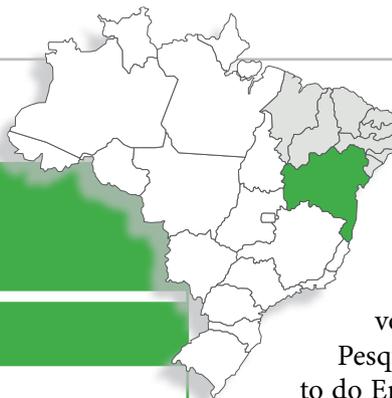
- REIS, Edmerson dos Santos. Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.resab.com.br](http://www.resab.com.br)
- [www.resab.com.br](http://www.resab.com.br)
- [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)
- [www.educacao.xpg.com.br](http://www.educacao.xpg.com.br) □

## Região Nordeste

### Bahia



**Francisco Javier Ulpiano**  
**Alfaya Rodriguez**

#### Quem é

Deputado estadual da Bahia, está em seu segundo mandato. Tem graduação em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

#### Contato

**Endereço:** Palácio Deputado Luis Eduardo Magalhães  
– 1ª Avenida, 130 – Centro Administrativo da Bahia

**Fone:** (71) 3115-7269 / 7390

**E-mail:** [imprensadeputadojavier@uol.com.br](mailto:imprensadeputadojavier@uol.com.br)

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino médio; educação básica; ensino profissionalizante ou técnico; ensino noturno; educação de jovens e adultos (EJA); ensino superior; educação em geral (não específica nível ou modalidade de ensino); políticas públicas; marco legal de programas para a educação; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correlacionando-o com o gasto público; orçamento estadual; fontes de financiamento; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); tramitação de projetos de lei, principalmente sobre a formulação no âmbito do Ministério da Educação (MEC); indicadores orçamentários. Aponta falhas ou limitações do gasto público estadual em educação; propõe soluções ou medidas para a melhoria da educação estadual e identifica opiniões divergentes.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Programa Nacional da Juventude; Prouni; Fies; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Apresenta informações sobre as metas destes programas. Também os analisa, apontando falhas ou limitações dos poderes governamentais na execução destas políticas públicas e situações de improbidade administrativa, corrupção e desvio.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; Fundo de Participação dos Estados (FPE).

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores orçamentários

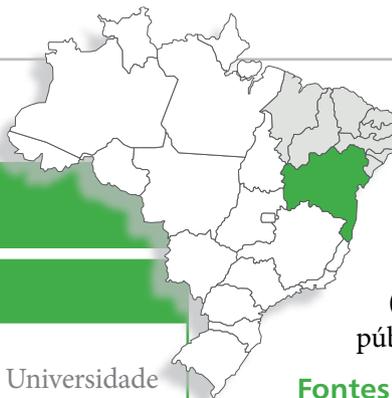
Investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gastos em contratação, remuneração e formação de professores.

### Temáticas orçamentárias

Piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; estruturas de gestão de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação). □

## Região Nordeste

### Bahia



#### Marta Rodrigues

#### Quem é

Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Estadual da Bahia (UFBA) e em Gestão de Cidades pela Faculdade Estadual da Bahia (Unirb), trabalha no Partido dos Trabalhadores (PT) de Salvador.

#### Contato

**Fone:** (71) 3322-5668 / 3322-8500 / 9957-5513

**E-mail:** martarodrigues13@yahoo.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação em geral; políticas públicas; marco legal; orçamento municipal; orçamento participativo; fontes de financiamento; projetos de lei em tramitação; indicadores orçamentários; temáticas orçamentárias. Compara informações orçamentárias de outros municípios; aponta falhas ou limitações do gasto público municipal e local e da sociedade civil e propõe soluções ou ações para os problemas identificados, a serem seguidos pelo executivo e legislativo municipal e pela sociedade civil.

#### Políticas públicas

Possui dados sobre o público-alvo, contrapartidas dos beneficiados e metas do programa Escola de Fábrica. Avalia o desempenho deste projeto e aspectos relacionados à sustentabilidade. Também aponta falhas ou limitações de poderes governamentais e do setor privado na condução de políticas públicas para a educação. Além disso, pode sugerir ações para a solução destes problemas.

#### Marco legal

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Correlaciona artigos do ECA ao gasto público em educação.

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

#### Metas e objetivos

Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Projetos de lei em tramitação

Possui informações sobre as seguintes etapas de tramitação dos projetos: elaboração da proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); envio da proposta do executivo para o legislativo; alterações/modificações no âmbito da Casa Civil; apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta.

#### Indicadores orçamentários

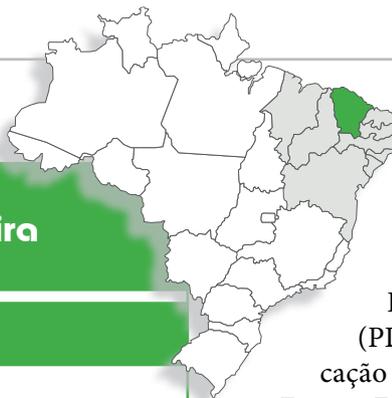
Indicador de gasto educacional por estudante; investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; custo aluno qualidade.

#### Temáticas orçamentárias

Vetos ao Plano Nacional de Educação; piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; eficiência/eficácia do gasto público; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação). □

## Região Nordeste

### Ceará



### Márcio Alan Menezes Moreira

#### Quem é

Especialista em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), integra a assessoria jurídica do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca-Ceará).

#### Contato

**Endereço:** Rua Deputado João Lopes, 83 – Centro, Fortaleza (CE)

**Fone:** (85) 3252-4202 / 9131-6343

**E-mail:** marcioalan@cedecaceara.org.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; educação “especial” ou inclusiva; políticas públicas; marco legal; orçamentos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasses aos estados; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; tramitação de projetos de lei e temáticas orçamentárias. Além disso, compara informações orçamentárias de outros estados e municípios; aponta falhas ou limitações dos gastos público federal, estadual e municipal; conhece casos de improbidade administrativa; possui propostas de ação a serem tomadas pelos governos de

diferentes níveis, autoridades governamentais e organismos internacionais.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio. Detém informações sobre o público-alvo, metas e resultados destes programas.

### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; Convenção sobre os Direitos da Criança. Correlaciona artigos do ECA aos gastos públicos em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; Recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); ▷

Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Censo Escolar; número de professores por aluno, por região e por nível de formação; taxa de repetência.

### Projetos de lei em tramitação

Envio da proposta do executivo para o legislativo; apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária

pela sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

### Indicadores orçamentários

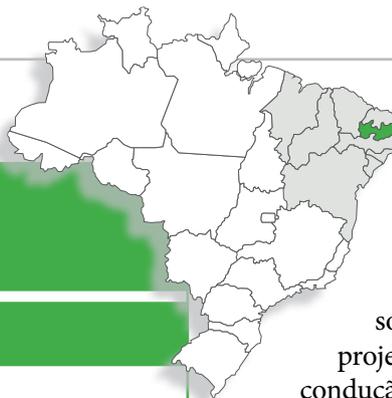
Indicador de gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gasto total em educação; gastos em educação relativos a gastos em outras funções e em remuneração de professores.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação; piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); (eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais da educação)). □

## Região Nordeste

### Paraíba



#### Luiz de Sousa Junior

##### Quem é

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba.

##### Contato

**Endereço:** Rua José Clementino de Oliveira, 120 – Tambauzinho, João Pessoa (PB) – 58042-300

**Fone:** (83) 3216-7151 / 9983-4475

**E-mail:** luizjunior@reitoria.ufpb.br ou luizsjunior@uol.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação básica; ensino superior; políticas públicas; orçamentos federal, estadual e municipal; repasses de recursos aos estados e municípios; fontes de financiamento; marco legal; temáticas orçamentárias; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; tramitação de projetos de lei para a educação; compara informações orçamentárias de outros países e estados; aponta falhas do gasto público federal, estadual, municipal e limitações da sociedade civil; tem propostas de soluções a serem seguidas pelos executivos e legislativos federal, estadual e municipal.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Programa Gestão da Política de Edu-

cação; Universidades do Século XX; políticas de ação afirmativa. Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Faz avaliação sob estes programas e armazena dados sobre os projetos, como metas e resultados. Aponta falhas na condução e execução das políticas públicas pelos governos e sociedade civil e apresenta soluções para os problemas encontrados.

### Marco legal

Emendas constitucionais; legislação infraconstitucional; planos governamentais; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR).

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); ▸

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); número de matrícula de estudantes e de professores por aluno e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência.

### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; elaboração de estimativa de recursos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); envio da proposta do executivo para o legislativo; alterações no âmbito da Casa Civil; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; custo aluno qualidade; gastos em educação relativos a gastos em outras funções; gastos em contratação de professores; gastos em remuneração de professores.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); vetos ao Plano Nacional de Educação; piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Sobre o financiamento da educação básica. In: MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (Orgs.) Formação do Pesquisador em Educação: Profissiona-

lização docente, políticas pública, trabalho e pesquisa. Maceió: EDUFAL, 2007.

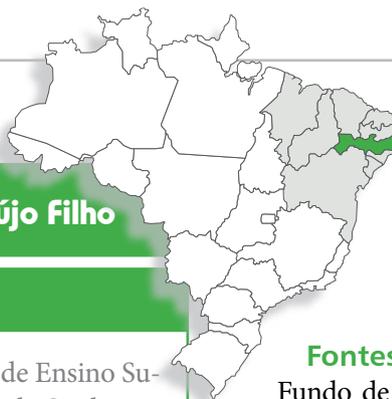
- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Sobre controle social e descentralização dos recursos da educação: os conselhos de acompanhamento do Fundef na Paraíba. In: Donaldo Bello de Souza. (Org.). Acompanhamento e controle social da educação: Fundos e programas federais e seus conselhos locais. São Paulo: Xamã, 2006, p. 177-192.
- SOUSA JUNIOR, Luiz de; ALVES, Giovanna Cristina Januário; PEREIRA, Maria Aparecida Nunes. Gestão e financiamento da educação municipal: dois estudos de caso sobre os resultados iniciais do Fundef. João Pessoa: Editora UFPB, 2003. 109 p.
- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Repercussões do Fundef no gasto-aluno da educação básica do Estado da Paraíba. In: Adelaide Alves Dias; Luiz de Sousa Junior. (Org.). Políticas Públicas e Práticas Educativas. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2005, p. 87-112.
- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Financiamento da educação: os impactos do Fundef na educação básica do estado da Paraíba. FEUSP, 2003. (Tese de Doutorado).
- Principais artigos da fonte sobre o tema
- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Polêmicas sobre o Fundeb. Correio da Paraíba, João Pessoa, p. A-6, 27 fev. 2007.
- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Sobre o Fundeb. Correio da Paraíba, João Pessoa, p. A-6, 15 dez. 2006.
- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Educação superior no Brasil. Correio da Paraíba, João Pessoa – Paraíba, p. 6 - 6, 07 out. 2006.
- SOUSA JUNIOR, Luiz de. Fundeb: momento de definição. Correio da Paraíba, João Pessoa, p. 6 - 6, 22 abr. 2006.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)
- Bibliotecas da USP e UFPB
- Editora UFPB. □

## Região Nordeste

### Pernambuco



#### Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho

##### Quem é

Licenciado em Biologia pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (Funeso), é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco e secretário de assuntos educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

##### Contato

**Endereço:** Rua General José Semeão, 39 – Santo Amaro, Recife (PE)

**Fone:** (81) 2127-8866/8850/ 8851 ou (81) 9975- 0241

**E-mail:** heleno@cnte.org.br

##### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

##### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE).

##### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Metas do Milênio; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

##### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); taxa de professores por aluno.

##### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC e envio da proposta do executivo para o legislativo.

##### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; Custo-Aluno Qualidade; gastos em contratação e remuneração de professores e outros profissionais de educação; gastos em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

##### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais da educação). □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

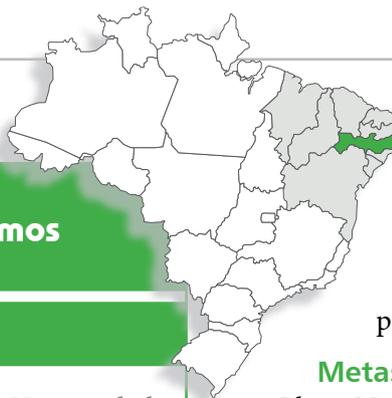
Educação infantil; ensinos fundamental e médio; educação de jovens e adultos (EJA) e educação “especial” ou inclusiva; políticas públicas; marco legal; orçamentos federal e estadual; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; temáticas orçamentárias específicas; indicadores orçamentários; projetos de lei em tramitação. Critica a aplicação de recursos na educação, bem como a atuação da sociedade civil nestes casos, além de propor soluções para a melhor destinação de recursos públicos.

### Políticas públicas

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Transporte Escolar. Tem dados sobre a população beneficiada pelos programas e critica a condução destas políticas, apontando falhas ou limitações.

## Região Nordeste

### Pernambuco



#### Maria Elizabeth Gomes Ramos

##### Quem é

Graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é pesquisadora do Centro de Cultura Luiz Freire (CCFL), em Olinda (PE), e representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação no Nordeste.

##### Contato

**Endereço:** Rua 27 de Janeiro, 18 Carmo, Olinda (PE) – 53020-020

**Fone:** (81) 3301-5217

**E-mail:** liz@cclf.org.br ou mariaelizabeth.gomesramos@yahoo.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação básica; educação em geral; recursos para a educação: orçamentos estaduais e municipais; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; custo aluno qualidade. Além disso, possui subsídios para comparar informações orçamentárias de outros municípios e avaliar a condução das políticas públicas para a educação, apontando falhas e limitações na destinação de verbas e atuação de atores sociais.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salá-

rio-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); número de matrícula de estudantes e de professores por aluno e por escola/sala de aula; taxas de evasão escolar e de repetência.

### Temáticas orçamentárias

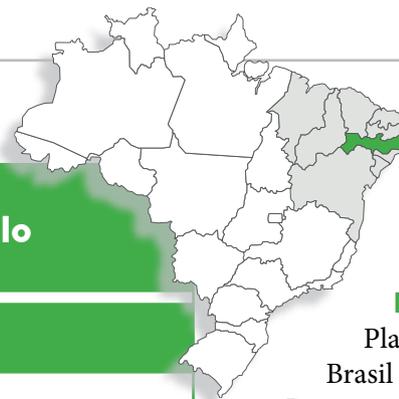
Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.cclf.org.br](http://www.cclf.org.br)
- [www.campanhaeducacao.net](http://www.campanhaeducacao.net) □

## Região Nordeste

### Pernambuco



#### Maria Teresa Leitão de Melo

##### Quem é

Deputada estadual e presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

##### Contato

**Endereço:** Rua da União, 439 – Boa Vista, Recife (PE) – 50050-010

**Fone:** (81) 3426-5057

**E-mail:** contato@teresaleitao.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante ou técnico; ensino noturno; educação de jovens e adultos (EJA); educação indígena; educação “especial” ou inclusiva; marco legal da educação: leis, decretos, resoluções e portarias; repasses de verbas aos estados; fontes de financiamento; metas e objetivos da educação; indicadores e avaliações; projetos de lei em tramitação; temáticas orçamentárias. Além disso, a fonte discorre sobre políticas públicas para a educação; possui dados específicos sobre os programas de governo; conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e correlaciona seus artigos com gastos públicos em educação; orçamentos estaduais e federal. Também compara informações orçamentárias de outros países e estados; aponta falhas ou limitações do gasto público federal e estadual e soluções

para os problemas identificados; e conhece situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Direitos Humanos, Direitos de Todos; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Programa Nacional da Juventude; Escola de Fábrica; Prouni; Transporte Escolar. Possui informações sobre população beneficiada e metas destes programas. Avalia o desempenho destas políticas públicas e aponta falhas ou limitações dos governos e da sociedade civil em sua condução, além de situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR).

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). ▷

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores; taxa de evasão escolar e de repetência.

### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder Executivo; veto ou sanção presidencial da proposta.

### Indicadores orçamentários

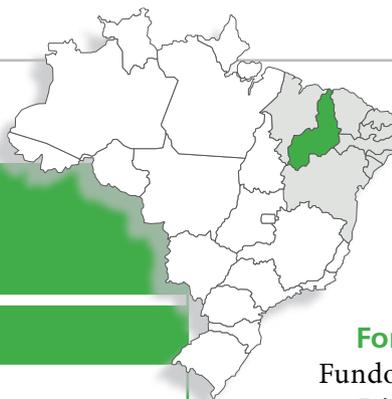
Gasto total em educação; gastos em educação relativos ao orçamento público total; Custo-Aluno Qualidade; gastos em contratação e remuneração de professores e outros profissionais de educação; gasto com formação de professores, em insumos e em infra-estrutura.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; Desvinculação das Receitas da União (DRU); tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação). □

## Região Nordeste

### Piauí



#### Maria do Socorro Lages de Carvalho

##### Quem é

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde atua como professora. Trabalha também na Secretaria de Educação do Piauí.

##### Contato

**Endereço:** Universidade Federal do Piauí – Campus da Ininga, Teresina (PI)

**Fone:** (86) 3222-2081 / 8815-9363

**E-mail:** socorrolages@uolcom.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação básica; metas e objetivos da educação; fontes de financiamento; políticas públicas; marco legal de programas públicos; recursos para a educação; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); temáticas orçamentárias; indicadores orçamentários.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação do Piauí (PDE); Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Programa de Educação para a Diversidade e Cidadania no Piauí. A fonte também possui dados sobre os beneficiários destes programas, bem como analisa suas metas e resultados.

### Recursos para a educação

Orçamentos federal, estadual e municipal; repasses aos estados e municípios; orçamento do Piauí.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural no Piauí (ITR/PI).

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE/PI); Plano de Desenvolvimento da Educação do Piauí (PDE/PI).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); indicadores da OCDE sobre o Piauí.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; ▸

gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e categoria por natureza (nível de ensino); gastos em educação relativo a gastos em outras funções.

### **Temáticas orçamentárias**

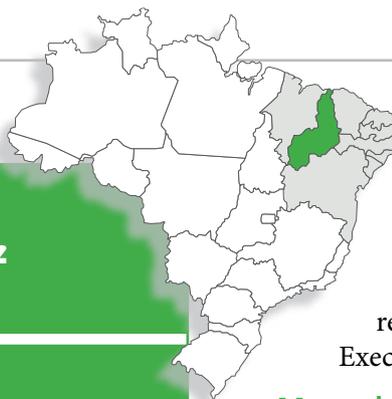
Vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU).

### **Principais publicações da fonte sobre o tema**

- CARVALHO, M. S. Lages et all. O custo aluno e as condições para um ensino de qualidade – o caso do Piauí. In. FARENZA, MALU (org). Custos e Condições de Qualidade da Educação em Escolas Públicas: Aportes de Estudos Regionais. □

## Região Nordeste

### Piauí



#### Rosana Evangelista da Cruz

##### Quem é

Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, é professora assistente na Universidade Federal do Piauí e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política e Gestão da Educação.

##### Contato

**Endereço:** UFPI – Centro de Ciências da Educação, Departamento de Fundamentos da Educação, Campus Universitário da Uninga, Teresina (PI) – 64049-550

**Fone:** (86) 3215-5821 / (11) 3719-5079 / (11) 8632-3570

**E-mail:** roecruz@ufpi.br ou roecruz@yahoo.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação básica; fiscalização da execução orçamentária pelo legislativo. Conhece o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica seu público-alvo e os aspectos relacionados à sustentabilidade desse sistema. Também conhece iniciativas semelhantes em outros estados, municípios e localidades; critica as falhas ou limitações dos poderes governamentais na execução de políticas públicas para a educação; tem informações sobre repasses aos estados

e municípios; compara informações orçamentárias de outros estados e municípios e identifica falhas ou limitações do gasto público federal e tem propostas de soluções e recomendações que deveriam ser seguidas pelo Executivo federal.

### Marco legal

Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); legislação sobre o financiamento da educação; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Se necessário, correlaciona artigos do ECA ao gasto público em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.).

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Censo Escolar; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil). ▸

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; Custo-Aluno Qualidade (CAQ).

### Temáticas orçamentárias

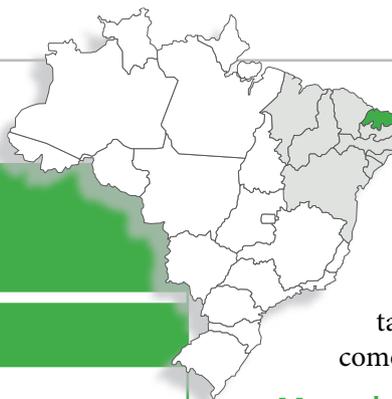
Custo-Aluno Qualidade (CAQ); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); vinculações constitucionais; critérios de alocação de recursos.

### Principais publicações sobre o tema

- CRUZ, Rosana Evangelista da. Banco Mundial e Política Educacional: o Projeto Nordeste para a Educação Básica no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2005.
- CRUZ, Rosana Evangelista da. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. In: Termos da Legislação Educacional Brasileira. Editora da UFMG, 2007.
- CRUZ, Rosana Evangelista da. Relações Federativas e Financiamento da Educação. *Eccos Revista Científica*. V. 8, p. 47-64, 2006. São Paulo: Univove.
- GONÇALVES, Francisco Williams; LUZ, Liliene Xavier; CRUZ, Rosana Evangelista da. O Programa Dinheiro Direto na Escola como política do Estado contemporâneo. *Série Estudos (UCBD)*, v. 1, p. 127-141, 2004.
- CAMARGO, Rubens Barbosa de; OLIVEIRA, João Ferreira; CRUZ, Rosana Evangelista da; GOUVEUA, Andrea Barbosa. Pesquisa nacional qualidade na educação: problematização da qualidade em pesquisa custo-aluno-ano em escolas de educação básica. Brasília: INEP, 2006. □

## Região Nordeste

### Rio Grande do Norte



#### Magna França

#### Quem é

Doutora em Políticas Educacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFPN), onde atua como docente.

#### Contato

**Endereço:** Campus Universitário Lagoa Nova – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Departamento de Educação – Sl. 9, Natal (RN) – 59072-000

**Fone:** (84) 3215-3529 / 3382-6687

**E-mail:** magna@ufrnet.br

ciada, metas e projetos semelhantes em outros estados e municípios. Faz avaliação da política pública por meio de dados. Aponta falhas ou limitações de poderes governamentais na condução das políticas públicas, bem como propõe melhorias.

#### Marco legal

Emendas constitucionais 14 e 53; Lei de Diretrizes e Bases (LDB); MP 339; Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.); recursos provenientes de responsabilidade social empresarial.

#### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Censo Escolar; matrícula de estudantes e de professores por aluno e por escola/sala de aula; taxa de evasão escolar e repetência; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil). ▷

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino fundamental; educação básica; políticas públicas; marco legal; repasses de recursos aos estados e municípios; recursos de descentralização financeira; fontes de financiamento. Possui e compara informações orçamentárias de outros municípios; apresenta falhas ou limitações do gasto público federal, municipal, estadual e local e das ações dos organismos internacionais e aponta fontes com opiniões divergentes.

#### Políticas públicas

Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Transporte Escolar. Têm informações sobre estes programas como população benefi-

### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; envio da proposta do Executivo para o Legislativo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder Executivo; aprovação pelo Legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto total em educação; custo aluno qualidade; gastos em contratação, remuneração e formação de professores; gastos em remuneração de outros profissionais de educação; gastos em insumos (merenda, livro didático, computadores etc.) e em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

### Temáticas orçamentárias

Vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos.

### Principais publicações da fonte sobre o tema

- FRANÇA, M.. Gestão e Financiamento da Educação: o que mudou na escola? Programa Dinheiro Direto na Escola – FUNDEF. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2005. 243 p.
- FRANÇA, M.. A Descentralização Financeira e o Programa Fundescola: o Plano de Desenvolvimento da Escola e o Programa de Adequação dos Prédios Escolares e sua expansão no RN. In: Antônio Cabral Neto; Ilma Vieira do Nascimento; Rosângela Novaes Lima. (Org.). Política Pública de Educação no Brasil: compartilhando saberes. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2006, v. 1, p. 148-181.
- FRANÇA, M.. Política Educacional: desafios e tendências. In: Antonio Cabral Neto. (Org.). 1 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
- FRANÇA, M.; CABRAL NETO, Antônio. A política de descentralização do sistema educacional brasileiro. In: Vânia de Vasconcelos Gico; José Antônio Spinelli

lindoso; Pedro Vicente Costa Sobrinho. (Org.). As Ciências Sociais: desafios do milênio. 1ª ed. Natal / RN: EDUFRN, 2001, v. 1, p. 863-871.

- FRANÇA, M.; NUNES, Shirmenia Kaline da Silva. Participação e autonomia: uma avaliação das diretrizes do PDE e PAPE numa gestão descentralizada dos recursos pela comunidade escolar. In: XIII Seminário de Pesquisa do CCSA, 2007, Natal. XIII Seminário de Pesquisa do CCSA/ Universidade, Políticas públicas e solidariedade, 2007. p. 1-11.

### Principais artigos sobre o tema

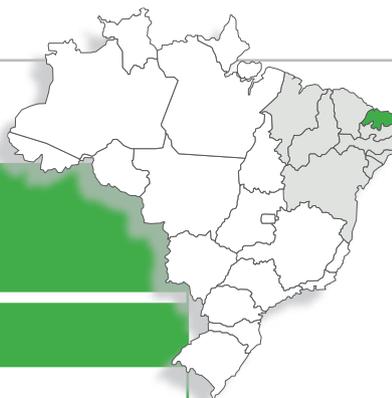
- FRANÇA, M.. Gestão Escolar: o desafio das escolas estaduais. Tribuna do Norte, Natal / RN, v. 1, p. 13 - 15, 30 jul. 2002.
- FRANÇA, M.; TAVARES, A. M. B. N.. Plano Nacional de Educação 2001: o financiamento em discussão. Diário de Natal, Natal / RN, v. 1, p. 6 - 6, 27 jul. 2002.
- FRANÇA, M.. Educação no crivo da nova LDB – LEI 9.394/96. Diário de Natal – Educação, Natal / RN, v. 1, p. 14 - 14, 24 jul. 1997.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.mec.inep.br](http://www.mec.inep.br)
- Bibliotecas acadêmicas □

## Região Nordeste

### Rio Grande do Norte



#### Vitor Alencar

#### Quem é

Advogado, trabalha no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) – Casa Renascer.

#### Contato

**Endereço:** Rua Ana Néri, 345 – Petrópolis, Natal (RN)

**Fone:** (84) 3211-1555

**E-mail:** casarenascer@digizap.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (pré-escola); ensino fundamental; educação de jovens e adultos (EJA); educação “especial” ou inclusiva; políticas públicas; fontes de financiamento: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); metas e objetivos presentes no Compromisso Educação para Todos.

### Políticas públicas

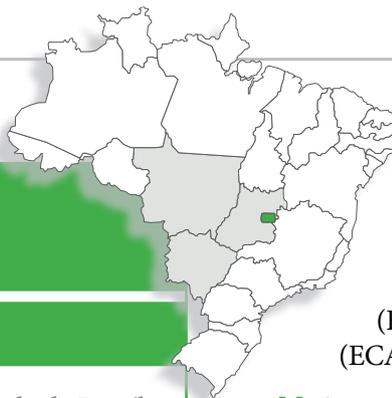
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A fonte aponta falhas ou limitações de poderes governamentais na execução destes programas públicos. □

# Região Centro-Oeste



## Região Centro-Oeste

### Distrito Federal



#### Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto

#### Quem é

Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é consultora de instituições como Unesco (Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura) e Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

#### Contato

**Fone:** (61) 3315-5282 / 3273-9613 / 8113-5612

**E-mail:** amrfbarreto@uol.com.br

#### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correlacionando-o ao gasto público no setor.

#### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

#### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gasto total em educação; gastos em remuneração de professores.

#### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação.

#### Principais publicações sobre o tema

- BARRETO, ÂNGELA; CASTRO, JORGE ABRAHÃO. Financiamento da educação infantil: desafios e cenários para a implementação do Plano Nacional de Educação. In: Simpósio da Educação Infantil: construindo o presente. Brasília: Unesco, 2003. pp. 139-161.

#### Onde pesquisar publicações da fonte

- Ipea, Unesco e Anecd. □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

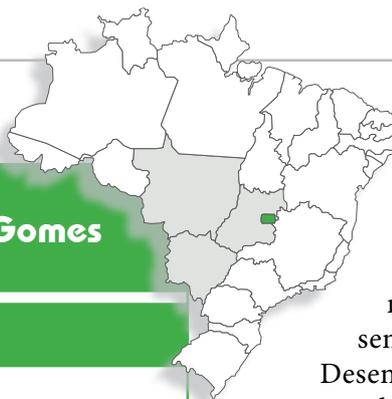
Educação infantil; educação básica; políticas públicas; marco legal; orçamento federal; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Salário-Educação; metas e objetivos da educação; indicadores e avaliações; indicadores e temáticas orçamentárias. Compara dados orçamentários de outros países; aponta falhas ou limitações do gasto público federal e propõe medidas de melhoria da destinação de recursos públicos para a educação.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. Possui informações sobre estes programas, como: população beneficiada; metas; resultados; sustentabilidade; projetos semelhantes de outros estados e municípios. Aponta falhas ou limitações de governos na execução das políticas públicas.

## Região Centro-Oeste

### Distrito Federal



#### Cândido Alberto da Costa Gomes

##### Quem é

Doutor em Educação pela UCLA (University of California), é professor titular da Universidade Católica de Brasília (UCB).

##### Contato

**Endereço:** SGAN 915 Bl. “B” Sl. A23A, Brasília (DF)

**Fone:** (61) 3448-7123

**E-mail:** clgomes@terra.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola), educação de jovens e adultos (EJA), educação indígena, educação rural, educação inclusiva e quilombola; ensinos fundamental, médio, técnico, noturno e superior; recursos reservados para a educação; políticas públicas; condução e implementação de programas; orçamento federal; marco legal, correlacionando o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) com os gastos públicos; fontes de financiamento; metas e objetivos de educação; indicadores e avaliações de resultados educacionais; elaboração e tramitação de projetos de lei; indicadores orçamentários educacionais; temáticas orçamentárias. Compara os orçamentos de outros países; aponta falhas nos gastos públicos federal e nos organismos internacionais e tem propostas de soluções para o Executivo federal, as autoridades governamentais, os organismos internacionais, o setor privado e o Legislativo.

### Políticas públicas

Desenvolvimento do Ensino da Pós-graduação e da Pesquisa Científica; Financiamento Estudantil (Fies); Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial; Promed; e Transporte Escolar. Em relação a estes programas, a fonte fala sobre os beneficiados, contrapartidas do público-alvo, metas e resultados. Também os compara com iniciativas semelhantes de outros países. Identifica falhas e limitações de poderes governamentais, sociedade civil e setor privado no manejo de políticas públicas para a educação, além de propor soluções para os problemas encontrados.

### Marco legal

Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); principais aspectos da legislação infra-legal.

### Fontes de financiamento

Empréstimos em organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Salário-Educação.

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Educação para Todos; Todos pela Educação; Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Nacional de Educação (PNE); Selo Unicef; Metas do Milênio; Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Lei de Diretrizes Orçamentárias; Plano Plurianual (PPA). ▸

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Superior (Aneb); Prova Brasil (Anresc); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais da Educação (WEI) e da OCDE. Além disso, tem números sobre matrículas por estudantes; quantidade de professores por aluno e por salas de aula, por unidade federativa e por nível de formação; evasão escolar; repetência.

### Tramitação de projetos de lei

Acompanha a aprovação de matérias sobre educação pelo Legislativo; veto e sanção presidencial de propostas; e fiscalização da execução orçamentária pela sociedade civil.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por aluno; gastos nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gastos relativos ao orçamento público total; gastos por nível de ensino; custo aluno qualidade; remuneração de professores e outros profissionais da educação; gastos em insumos.

### Temáticas orçamentárias

Vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU). Ainda detém informações sobre a eficiência do gasto público, estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; e tensão entre interesse coletivos.

### Principais publicações sobre o tema

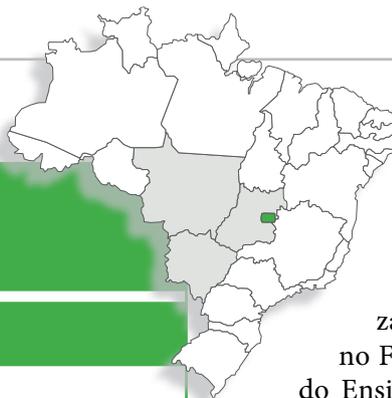
- GOMES, Cândido Alberto; JESUS, W.F.; LEAL, H.B. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. V. 23. p, 29 a 52, 2007.
- GOMES, C.A.; MORGADO, P.C.C.R. Financiamento do ensino médio: transparência ou opacidade? *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, V.15, p, 223-240, 2007.
- ARAÚJO, Gerrá Leite Correia de; GOMES, C.A.C. Co-operativismo: alternativa viável para a gestão escolar? Um estudo de caso. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, V. 67, p, 313-326, 2006.
- GOMES, C.A.C.; CARNIELLI, B.; JESUS, W.F. LEAL, H.B. O fio de Ariadne: o que diz a literatura sobre a evolução dos gastos e as políticas educacionais no Brasil. Salvador: *Gestão em Ação*, 2006. V. 9, p, 241-256.
- MESQUITA, I.; Gomes, C.A.C. Intenções e realizações do financiamento federal da educação brasileira. Piracicaba: *Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação*, 2003. V. 19, Nº 1, p. 81-98

### Onde pesquisar publicações da fonte

- Nas bibliotecas digitais da Unesco Brasil, Scielo e Inep. □

## Região Centro-Oeste

### Distrito Federal



#### Jorge Abrahão de Castro

##### Quem é

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor da Universidade de Brasília (UnB) e trabalha no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

##### Contato

**Endereço:** SBS Ed. BNDES – 14º andar – Sl. 1401, Brasília (DF) – 70076-900

**Fone:** (61) 3315-5282 / 9117-0569

**E-mail:** [jorge.abrahamo@ipea.gov.br](mailto:jorge.abrahamo@ipea.gov.br) / [jorge.abrahamo@globo.com](mailto:jorge.abrahamo@globo.com)

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche); ensino fundamental; ensino médio; educação básica; educação em geral (não específica nível ou modalidade de ensino); políticas públicas; orçamentos federal, estadual e municipal; marco legal; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; temáticas orçamentárias. Possui e compara informações orçamentárias de outros países, estados e municípios; aponta falhas ou limitações do gasto público federal, bem como solução para os problemas levantados.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Escolarizado; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Fies; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Transporte Escolar. Possui informações sobre os programas como população beneficiada; metas e resultados. Além de avaliar a política pública com ou sem dados, identifica falhas ou limitações de poderes governamentais e organismos internacionais na execução destes programas públicos. Também propõe soluções para os problemas identificados a serem implementadas pelos governos.

### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); leis ordinárias.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); ▷

recursos da Previdência (ex. INSS); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc); outros empréstimos/endividamentos.

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (Wei); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); indicadores Educacionais do Mercosul; indicadores da OCDE.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e categoria por natureza (nível de ensino); custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em remuneração de professores; gastos em insumos (merenda, livro didá-

tico, computadores etc.) e em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

- CASTRO, J. A. (Org.). Financiamento da Educação no Brasil. 18. ed. Brasília: INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. v. 18. 164 p.
- CASTRO, J. A.. Avaliação do impacto do Fundef nas receitas fiscais de estados e municípios. In: Escola de Administração Fazendária - ESAF. (Org.). Finanças públicas: V prêmio tesouro Nacional. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, v. 1, p. 429-470.
- CASTRO, J. A.; VAZ, F. M.. Gastos das famílias com educação. In: Fernando Gaiger Silveira; Luciana Mendes Servo; Tatiane Menezes; Sérgio Piola. (Org.). Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. Brasília: IPEA, 2007, v. 2, p. 77-104.
- CASTRO, J. A.; MENEZES, R. M.. A gestão das políticas federais para o ensino fundamental nos anos 90. In: Candido Alberto Gomes. (Org.). Gestão Educacional: o Brasil no mundo contemporâneo. Brasília: INEP/MEC, 2002, v. 19, p. 1-189.
- CASTRO, J. A.. Financiamento da educação e questões da reforma tributária. In: Rita de Cassia Coelho; Ângela Rabelo Barreto. (Org.). Financiamento da educação infantil: perspectivas em debate. Brasília: Unesco, 2004, p. 01-261. ▸

- CASTRO, J. A.; CORBUCCI, P. R.. Financiamento da educação e o projeto de reforma tributária. In: Lauro Morhy. (Org.). Reforma tributária em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, v. , p. 01-296.

### Principais artigos sobre o tema

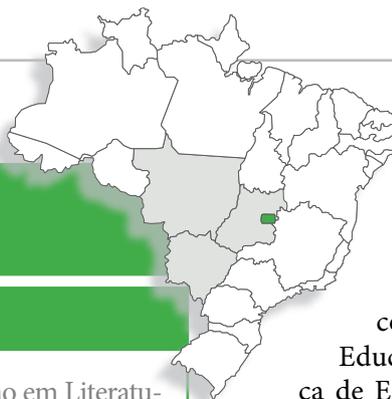
- CASTRO, J. A.; OUTROS. Relatório do grupo de trabalho sobre financiamento da educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, p. 5 – 274. 10 set. 2003.
- CASTRO, J. A.. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. Educação e Sociedade, v. 26, p. 841-858, 2005.
- CASTRO, J. A.. Avaliação do Processo de Gasto Público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), Brasília, v. 24, p. 53-188, 2001.
- CASTRO, J. A.. Políticas de educação na segunda metade da década de 90 no Brasil. Políticas Sociais Acompanhamento e Análise, Brasília, v. 1, n. 1, p. 65-67, 2000.
- CASTRO, J. A.. Gastos públicos com a Educação Básica. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 79, n. 193, p. 135-147, 2000.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) □

## Região Centro-Oeste

### Distrito Federal



#### Jucara Maria Dutra Vieira

##### Quem é

Graduada em Letras e com especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é secretária de finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e também ligada à Internacional da Educação (IE).

##### Contato

**Endereço:** Edifício Venâncio III – Salas 101/106 – Asa Sul, Brasília (DF) – 70393-902

**Fone:** (61) 3225-1003 / 8165-9454

**E-mail:** jucara@cnte.org.br / judvieira@gmail.com

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; educação básica; ensino noturno; educação de jovens e adultos (EJA); educação rural; educação “especial” ou inclusiva; educação em geral (não especifica nível ou modalidade de ensino); políticas públicas; marco legal dos programas para a educação; recursos destinados para a educação; fontes de financiamento; metas e objetivos da educação; tramitação de projetos de lei; indicadores orçamentários. Possui e compara informações orçamentárias de outros países; analisa a aplicação do orçamento público para a educação, identificando falhas ou limitações do governo federal, da sociedade civil e de organismos internacionais; propõe iniciativas para melhorar a utilização de recursos na educação; aborda questões sobre improbidade administrativa, desvios e corrupção.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Escolarizado; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Programa Gestão da Política de Educação; Livro Aberto; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Programa Nacional de Informática na Educação; Promed; Prouni; TV Escola; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Transporte Escolar. Possui dados sobre a população beneficiada pelos programas, além de informações sobre as metas, resultados e contrapartidas do público-alvo. Também avalia o desempenho destas políticas, discute aspecto de sustentabilidade dos programas e conhece iniciativas semelhantes de outras localidades, estados, município e até de outros países. Pode apontar falhas ou limitações dos governos, sociedade civil e organismos internacionais na execução das políticas públicas.

### Marco legal

Constituição Federal; emendas constitucionais; Lei de Diretrizes e Bases (LDB); pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE); Estatuto da Criança e do Adolescente.

### Recursos para educação

Orçamentos federal e estadual; orçamento participativo; repasses aos estados e municípios.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao

Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); indicadores educacionais do Mercosul; indicadores da OCDE.

### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; envio da proposta do Executivo para o Legislativo; apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na

proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pela sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em contratação, remuneração e formação de professores e outros profissionais de educação; gastos em insumos (merenda, livro didático, computadores etc.) e em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

- VIEIRA, JUÇARA DUTRA. Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro. Brasília: CNTE, 2003.
- VIEIRA, JUÇARA DUTRA. Piso Salarial Nacional dos Educadores: Dois Séculos de Atraso. Brasília: CNTE, 2007

### Principais artigos da fonte sobre o tema

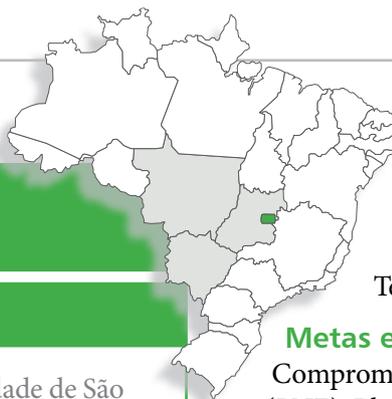
- Fundeb: há interesses ocultos? 17 de março de 2006. Jornal do Brasil.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br) □

## Região Centro-Oeste

### Distrito Federal



#### Paulo de Sena Martins

##### Quem é

Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo (USP), é consultor legislativo da área de Educação, Cultura e Desporto na Câmara dos Deputados.

##### Contato

**Endereço:** Palácio do Congresso Nacional Praça dos Três Poderes, Brasília (DF) – 70160-900

**Fone:** (61) 3216-5381

**E-mail:** paulo.martins@camara.gov.br

de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR).

##### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

##### Projetos de lei em tramitação

Audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder Executivo; aprovação pelo Legislativo.

##### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos.

##### Principais publicações sobre o tema

- MARTINS, Paulo de Sena. Financiamento da educação no município. In: Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (PRASEM II). Brasília, DF: MEC/UNICEF/UNDIME, 1999.
- MARTINS, Paulo de Sena. Fiscalização do Fundeb. Brasília: Câmara dos deputados da Assembléia Legislativa federal, 2001.
- MARTINS, Paulo de Sena. Fundef, Fundeb e a Federação. Brasília: Associação dos consultores legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos deputados, 2004.
- MARTINS, Paulo de Sena. Financiamento da Educação Básica: Critérios, conceitos e diretrizes. Org: Maria José Rocha Lima, Maria do Rosário Almeida, Vital de Donet. Brasília, 2005.

##### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)
- Biblioteca da Câmara dos Deputados
- Revista Inep □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

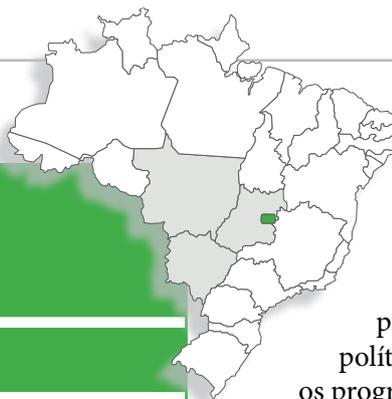
Educação de jovens e adultos (EJA); repasses aos estados e municípios; fontes de financiamento; metas e objetivos da educação; tramitação de projetos de lei; temáticas orçamentárias. Conhece artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os correlacionaria ao gasto público. Além disso, compara informações orçamentárias brasileiras com a de outros países; identifica falhas ou limitações do gasto público federal; aponta situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção e propõe soluções e ações para a melhor utilização dos recursos públicos em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Lei Kandir; Imposto de Propriedade

## Região Centro-Oeste

### Distrito Federal



#### Paulo Roberto Corbucci

##### Quem é

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), é técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

##### Contato

**Endereço:** SBS Ed. BNDES Sl. 1609,  
Brasília (DF) – 70076-900

**Fone:** (61) 3315-5395 / 8119-7178

**E-mail:** paulo.corbucci@ipea.gov.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino médio e superior; programas públicos para a educação; marco legal; orçamento federal; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; elaboração de projetos de lei pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); indicadores orçamentários; temáticas orçamentárias. Compara informações orçamentárias de outros países. Além disso, aponta falhas e soluções para a execução dos programas para a educação, bem como para a utilização de recursos no âmbito federal.

### Políticas públicas

Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; Universidade do Século XX. Discute sobre o perfil da população beneficiada; metas e resultados destas políticas públicas; e aponta falhas e soluções para os programas.

### Marco legal

Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Salário-Educação.

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Metas do Milênio; Compromisso Todos pela Educação; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Taxas de matrículas e de evasão escolar; número de professores e a quantidade de docentes por aluno; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

### Indicadores orçamentários

Gastos por estudante; gastos nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gasto total em educação; gastos em insumos e em infra-estrutura; custo aluno qualidade; verbas do orçamento público total para educação. ▶

### Temáticas orçamentárias

Vetos ao Plano Nacional de Educação; disponibilidade de recursos para a educação; vinculações constitucionais e eficácia do gasto público.

### Principais publicações sobre o tema

- CORBUCCI, P.R. Financiamento e a democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. Campinas: Educação&Sociedade, 2004. v.25, n.88, p.677-701.
- CORBUCCI, P.R.; MARQUES, P.M.F. Fontes de financiamento das instituições federais de ensino superior: um estudo sobre a Universidade de Brasília. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2003.

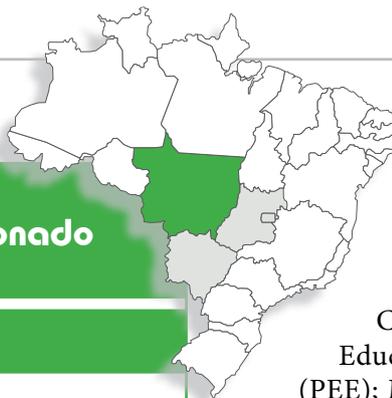
- CORBUCCI, P.R.; CHAGAS, A.M.R; SILVA, F.A.B. Gasto federal com crianças e adolescentes: 1994 a 1997. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001.
- CORBUCCI, P.R. As universidades federais: gastos, desenvolvimento, eficiência e produtividade. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2000.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) □

## Região Centro-Oeste

### Mato Grosso



#### Carlos Alberto Reyes Maldonado

##### Quem é

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestrando e doutorando em Educação, é funcionário da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat).

##### Contato

**Endereço:** Rua Cursino do Amarante, 692 – Quilombo, Cuiabá (MT) – 78043-435

**Fone:** (65) 3027-4220

**E-mail:** maldonado@upc-brasil.org ou cmaldonado@terra.com.br

##### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

##### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Metas do Milênio; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

##### Indicadores e avaliações

Censo Escolar; taxa de matrícula de estudantes; Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); indicadores da OCDE.

##### Indicadores orçamentários

Gastos por estudante; gastos nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); e gasto total em educação.

##### Onde pesquisar publicações da fonte

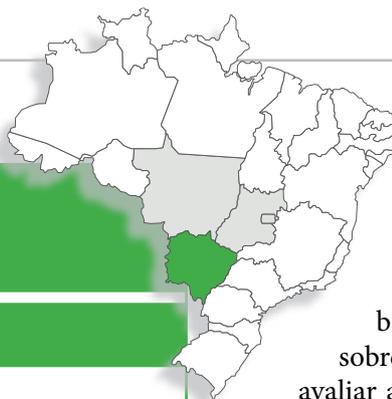
- [www.maldonado.squarespace.com](http://www.maldonado.squarespace.com) □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos (EJA); ensino superior; educação indígena; educação rural; educação “especial” ou inclusiva; inovações educativas. Além disso, conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); possui informações sobre o orçamento federal; fontes de financiamentos; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; acompanha vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); aponta falhas ou limitações do gasto público municipal.

## Região Centro- Oeste

### Mato Grosso do Sul



#### Ângela Maria Costa

##### Quem é

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e representante da entidade no Conselho Municipal de Educação de Campo Grande.

##### Contato

**Endereço:** Cidade Universitária – Caixa postal 549, Campo Grande (MS) – 79070-900

**Fone:** (67) 3345-7578 / 3029-5044

**E-mail:** lamarc@terra.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino profissionalizante ou técnico; políticas públicas; marco legal; orçamentos públicos (federal e estadual); fontes de financiamento; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação). Compara informações orçamentárias de outros países e avalia a aplicação de recursos orçamentários, identificando falhas no gasto público federal e no posicionamento da sociedade civil. Além disso, oferece solução para a melhoria da educação nos municípios e sugere ações para serem tomadas pela sociedade civil.

### Políticas públicas

Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. Possui dados sobre o público-alvo beneficiado, as metas e pode avaliar as iniciativas. Aponta falhas ou limitações da sociedade civil organizada.

### Marco legal

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste último caso, faz a correlação entre o que determina a lei e o gasto público em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

### Metas e objetivos

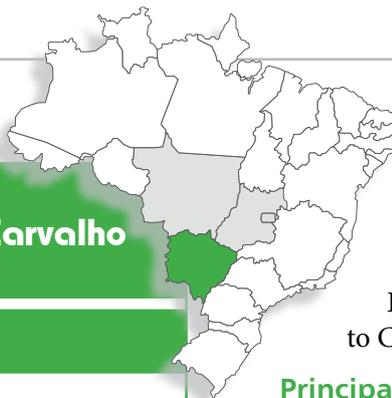
Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Um Mundo para as Crianças (MPC); Plano Presidente Amigo da Criança; Selo Unicef; Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; e Plano Plurianual (PPA).

### Onde pesquisar publicações da fonte

- Biblioteca da UFMS
- Programa de Pós Graduação em Educação da UFMS □

## Região Centro-Oeste

### Mato Grosso do Sul



#### Marco legal

Lei 10.260/01; Portaria 2.729/05; Portaria 2.578/05; e as portarias do Ministério da Educação (MEC) 1.109/07 e 1.232/07; Estatuto Criança e do Adolescente (ECA).

#### Principais publicações sobre o tema

- CARVALHO, Eliete Martins Cardoso de. Municipalização do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul: Expectativas, Implicações e Avanços. In: 26º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Poços de Caldas: 2003.
- CARVALHO, Eliete Martins Cardoso de. Novo Governo. Novas políticas? O papel histórico da ANPED na produção de Políticas Educacionais. Poços de Caldas: ANPED/CD-Room, 2003. p. 25-42.
- CARVALHO, Eliete Martins Cardoso de. Municipalização do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul: reflexões sobre expectativas e avanços. In: V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 2002, Águas de Lindóia. Pós-graduação e Pesquisa em Educação no Brasil: Região Sudeste: Tendências e Desafios. São Paulo: Eventus, 2002.
- CARVALHO, Eliete Martins Cardoso de. Gestão democrática: Um paradoxo entre escolas estaduais e municipais. In: I Seminário Internacional de Educação. Anais do I Seminário Internacional de Educação. Cianorte: TAC Multimídia, 2001. v. I. p. 1637-1641.
- CARVALHO, Eliete Martins Cardoso de. A Descentralização do Ensino no Portal do Pantanal. In: VII Seminário Estadual da Associação Nacional de Política e Administração em Educação. Pesquisa em Gestão da Educação: teorias e práticas. São Carlos, 2000.

#### Onde pesquisar publicações da fonte

- Bibliotecas da Uniderp e da Unep
- Revista PUC-Campinas. □

### Eliete Martins Cardoso de Carvalho

#### Quem é

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), é professora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp).

#### Contato

**Endereço:** Rua Ceará, 333 – Miguel Couto, Campo Grande (MS) – 79003-010

**Fone:** (67) 3348-8114 / 3326-9972

**E-mail:** liamcc@terra.com.br

#### Assuntos sobre os quais tem domínio

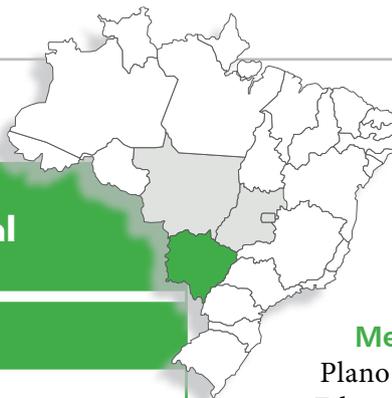
Educação infantil; ensino fundamental; ensino superior; políticas públicas; marco legal; orçamento federal; metas e objetivos da educação presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); eficiência e eficácia do gasto público em educação. Também compara informações orçamentárias de outros estados; aponta falhas ou limitações do gasto público federal e apresenta soluções.

#### Políticas públicas

Programa Universidade para Todos (Prouni) e Financiamento Estudantil (Fies).

## Região Centro-Oeste

### Mato Grosso do Sul



#### Giselle Cristina Martins Real

##### Quem é

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, é professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

##### Contato

**Endereço:** Rua João Rosa Góes, 1765 – Vila Progresso, Dourados (MS) – 79.825-070

**Fone:** (67) 3427-2587

**E-mail:** gcreal@ufgd.edu.br / gcreal@terra.com.br

##### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Lei 9.424 (Fundef); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

##### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Compromisso Educação para Todos; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

##### Principais publicações sobre o tema

- REAL, Giselle Cristina Martins. Educação Infantil: políticas públicas e ação institucional. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.
- REAL, Giselle Cristina Martins. A realidade da Educação Infantil no Brasil sob a égide da legislação educacional vigente. Campo Grande: Intermeio – revista do Mestrado em Educação –, 1997. v. 3, n. 5, p. 12 –23.

##### Onde pesquisar publicações da fonte

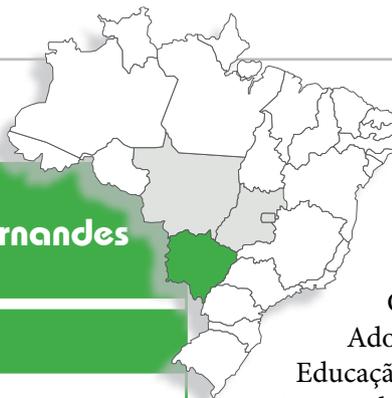
- Anais de congressos;
- Editora UFMS □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil; ensino superior; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; aponta falhas ou limitações da sociedade civil em relação à educação; marco legal; repasses de verbas aos municípios; Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); metas e objetivos para a educação; indicadores, como o Censo Escolar e o número de matrícula de estudantes. Aborda a eficiência/eficácia do gasto público; compara informações orçamentárias de outras localidades e aponta falhas ou limitações da sociedade civil.

## Região Centro-Oeste

### Mato Grosso do Sul



#### Maria Dilnéia Espíndola Fernandes

##### Quem é

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

##### Contato

**Endereço:** Centro de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Educação, Cidade Universitária s/n, Campo Grande (MS) – 79070-900

**Fone:** (67) 3345-7616 / 3026-5723

**E-mail:** mdilneia@uol.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; orçamentos estadual e municipal; políticas públicas; marco legal; fontes de financiamento; metas e objetivos; projetos de lei em tramitação; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários. Compara informações orçamentárias de outros estados, municípios e países, bem como avalia as limitações e falhas dos gastos públicos e de atores sociais em relação à educação.

#### Políticas públicas

Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Conhece as metas dos programas e os avalia por meio de dados específicos. Apresenta

soluções de ações a serem seguidas pelos poderes governamentais.

#### Marco legal

Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR).

#### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Um Mundo para as Crianças (MPC); Plano Presidente Amigo da Criança; Selo Unicef; Compromisso Todos pela Educação; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; matrícula de estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e repetência; Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); >

Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); indicadores educacionais do Mercosul; indicadores da OCDE.

### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; elaboração de estimativa de recursos pelo Ministério da Fazenda; envio da proposta do executivo para o legislativo; apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo legislativo; veto ou sanção presidencial; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo executivo, pelo legislativo e pela sociedade civil; pareceres dos conselheiros do Tribunal de Contas.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e nível de ensino; custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em remuneração de professores, insumos e infra-estrutura.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos .

### Principais publicações sobre o tema

- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Políticas públicas de educação: o financiamento da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (1991-1994). Campinas: UNICAMP, 2001
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem. O custo/aluno/ano de duas escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul. In: OSÓRIO, Antonio Carlos do Nascimento; OLIVEIRA, Jacira Helena do Valle; MACHADO, Tito Carlos. (Org.). América Platina: textos escolhidos. 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007, v. 1, p. 139-154.
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; SENNA, Ester. Política educacional e outras políticas sociais do estado de Mato Grosso do Sul nos anos 1990: construindo as categorias de análise: Estado, política social e política educacional. In: ARRUDA, Maria Filomena de; MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. (Org.). Educação na interface da relação Estado/sociedade. 1 ed. Cuiabá: EDUFMAT, 2006, v. I, p. 109-124.
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. O estado de Mato Grosso do Sul e os recursos vinculados constitucionalmente para a educação. In: SENNA, Ester. (Org.). Trabalho, educação e política pública. Campo Grande: Editora UFMS, 2003, p. 221-241.
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Projeto de acompanhamento escolar e atendimento complementar - PAAC - uma política municipal de gestão curricular. In: Associação Nacional de Profissionais da. (Org.). Gestão da educação algumas experiências do Centro-Oeste. Brasília: MEC - INEP, 1995, p. 133-151.

### Principais artigos da fonte sobre o tema

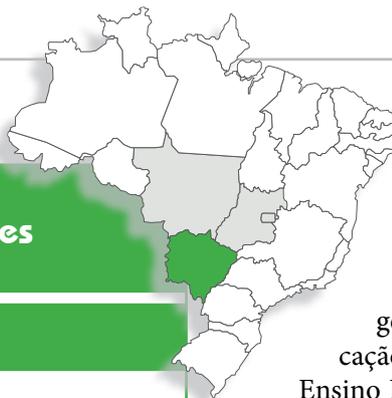
- FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. O FUNDEF: valorização do ensino fundamental e do magistério?. O Progresso, Dourados (MS), p. 02 - 02, 15 fev. 2001.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- Biblioteca da UFMS. □

## Região Centro-Oeste

### Mato Grosso do Sul



#### Pedro César Kemp Gonçalves

##### Quem é

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), é deputado estadual na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

##### Contato

**Endereço:** Parque dos Poderes – Bloco 9 – Jardim Veraneio, 901, Campo Grande (MS)

**Fone:** (67) 3389-6340 / 2109-7951

**E-mail:** pedrokemp@hotmail.com

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação em geral; políticas públicas; marco legal; orçamento estadual; repasse de verbas aos estados; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; tramitação de projetos de lei; temáticas orçamentárias; compara informações orçamentárias de outros estados; aponta falhas no gasto público estadual e no posicionamento da sociedade civil; propões ações que deveriam ser seguidos pelo legislativo estadual e pela sociedade civil.

#### Políticas públicas

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Va-

lorização e Formação de Professores Trabalhadores da Educação Básica; Programa Gestão da Política de Educação; Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Transporte Escolar. Tem informações sobre as metas e os beneficiados destes programas, além de avaliar o impacto social destas políticas. Recomenda iniciativas a serem tomadas pelos governos e sociedade civil.

#### Marco legal

Plano Estadual de Educação; Lei Orçamentária; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Correlaciona artigos do ECA ao gasto público.

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Fundo de Participação dos Estados (FPE); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

#### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). ▷

### Projetos de lei em tramitação

Envio da proposta do executivo para o Legislativo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder Executivo; aprovação pelo Legislativo; fiscalização da execução orçamentária pelo Executivo e pelo Legislativo; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

### Indicadores orçamentários

Gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gastos em contratação e remuneração de professores e outros profissionais de educação; gastos em formação de professores; gastos em insumos e infra-estrutura.

neração de professores e outros profissionais de educação; gastos em formação de professores; gastos em insumos e infra-estrutura.

### Temáticas orçamentárias

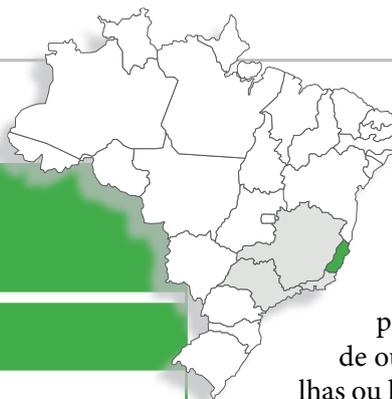
Vetos ao Plano Nacional de Educação; piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação). □



**Região  
Sudeste**

## Região Sudeste

### Espírito Santo



#### Gilda Cardoso de Araújo

##### Quem é

Doutora em comunicação pela Universidade de São Paulo, é professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

##### Contato

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514 – Centro de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) – Sala 24, Vitória (ES) – 29075-910

**Fone:** (27) 3335-3335/ 2547 / 2590 / 9962-8256

**E-mail:** gilda.vix@terra.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino superior; educação básica; repasse aos estados e municípios de recursos reservados para a educação; políticas públicas; avaliação sobre a aplicação do orçamento público; conhecimento de leis para a educação; fontes de financiamento; orçamentos federal, estadual e municipal; metas e objetivos da educação; indicadores, avaliações e temáticas orçamentárias educacionais; tramitação no Congresso Nacional de projetos que criem ou reduzam recursos para educação; indicadores sobre custos e gastos com educação. Também compara o orçamento de diferentes países e outros estados.

### Políticas públicas

Direitos Humanos, Direitos de Todos; Políticas de Ação Afirmativa; Prouni; Plano de Desenvolvimento da Edu-

cação (PDE); Programa Gestão da Política de Educação; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. Também possui informações sobre projetos semelhantes de outros estados, municípios e países. Aponta falhas ou limitações na aplicação de recursos ou na condução de políticas públicas para a educação por partes dos governos e sociedade civil, bem como soluções para os problemas identificados.

### Marco legal

Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Prouni; resoluções, medidas provisórias, portarias do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE). Também correlaciona o ECA com o gasto público em educação.

### Fontes de financiamentos

Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Recursos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Salário-Educação.

### Metas e objetivos

Compromisso Todos pela Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano Nacional de Educação (PNE). ▸

## Indicadores e avaliações

Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Censo Escolar; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Prova Brasil ou Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); taxas de matrículas de estudantes, de evasão escolar e de repetência; número de professores por região ou unidade federativa e por nível de formação; indicadores da OCDE.

## Tramitação de projetos de lei

Conhece o processo de formulação de projetos de lei no Ministério da Educação (MEC).

## Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gasto em educação relativo ao orçamento público total; custo aluno qualidade.

## Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ), Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial de profissionais de educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; critério de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos.

## Principais publicações sobre o tema

- ARAUJO, G.C. de. Organização da educação, pacto federativo e municipalismo no Brasil: a construção histórica das desigualdades regionais na oferta educacional. In: VI Encontro Regional da ANPAE-Sudeste, 2007, Uberlândia-MG. VI Encontro Regional da ANPAE-Sudeste: Pesquisas e práticas em política e gestão da educação, 2007.

- ARAUJO, G.C. de. Município, federação e educação: história das instituições e das idéias políticas no Brasil. São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, 2006 (Tese).
- ARAUJO, G.C. de. Município, federação e educação: instituições e idéias políticas no Brasil. In: 29a Reunião Anual da ANPEd, 2006, Caxambu. 29a Reunião Anual da ANPEd, 2006.
- ARAUJO, G.C. de; OLIVEIRA, R. L. P. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 28, p. 5-23, 2005.
- ARAUJO, G.C. de. Federalismo e direito à educação no Brasil: entre a autonomia e a igualdade de oportunidades. In: 26a Reunião Anual da ANPEd, 2003, Poços de Caldas. Novo governo, novas políticas?. Rio de Janeiro: ANPEd, 2003. p. 132-132.

## Principais artigos sobre o tema

- ARAUJO, G.C. de. O socorro para a educação: pirotecnicia e boas propostas. A Gazeta, Vitória-ES, p. 3 - 3, 29 abr. 2007.
- ARAUJO, G.C. de. Para uma boa escola. A Gazeta, Vitória-ES, p. 3 - 3, 12 maio 2006.
- ARAUJO, G.C. de. Poucos recursos e mal aplicados. A Gazeta, Vitória-ES, p. 03 - 03, 11 jun. 2006.
- ARAUJO, G.C. de. Ensino bom para todos. A Gazeta, Vitória-ES, p. 3 - 3, 27 jul. 2005.
- ARAUJO, G.C. de. O Fundeb. A Gazeta, Vitória-ES, p. 3 - 3, 20 set. 2005.

## Onde pesquisar documentos da fonte

- <http://lattes.cnpq.br/7184033522040803>
- [www.theses.usp.br](http://www.theses.usp.br)
- [www.scielo.br](http://www.scielo.br) □

## Região Sudeste

### Minas Gerais



#### Dinéia Aparecida Domingues

##### Quem é

Mestre em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professora assistente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e atua no Fórum Mineiro de Educação Infantil.

##### Contato

**Endereço:** Av. Dom José Gaspar, 500,  
Belo Horizonte (MG) – 30535-618

**Fone:** (31) 3315-4354 / 9748-2810

**E-mail:** [educativoproex@pucminas.br](mailto:educativoproex@pucminas.br) /  
[eipucminas@pucminas.br](mailto:eipucminas@pucminas.br)

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; educação básica; políticas públicas; marco legal; orçamento estadual; fontes de financiamento; metas e objetivos. Analisa os gastos públicos com educação nos estados. Possui sugestões de soluções para serem tomadas pelos executivos estaduais para a melhoria do setor.

#### Políticas públicas

Conhece os programas para educação de Minas Gerais e também o Programa Desenvolvimento da Educação Infantil, do governo federal. Nestes casos, detém informações

sobre a população beneficiada pelo projeto e suas metas e faz avaliação sobre a execução e desempenho da política pública, destacando as falhas dos governos, da sociedade civil e soluções para os problemas suscitados.

#### Marco legal

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); regulamentações decorrentes para a educação infantil; leis orçamentárias estaduais de Minas Gerais. Conhece artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pertinentes à educação e os correlaciona com o gasto público na área.

#### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

#### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; taxa de matrícula de estudantes; número de professores; taxa de professores por aluno, de docentes por escola/sala de aula; número de professores por região ou unidade federativa.

#### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; envio da proposta do executivo para o legislativo; apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; audiências >

públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo legislativo; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo legislativo; fiscalização da execução orçamentária pela sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

### **Indicadores orçamentários**

Gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em formação de professores.

### **Temáticas orçamentárias**

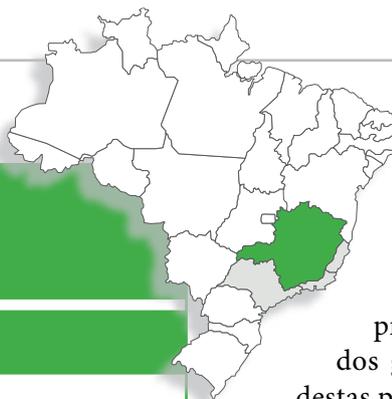
Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### **Onde pesquisar publicações da fonte**

- Fórum Mineiro de Educação Infantil. □

## Região Sudeste

### Minas Gerais



#### Gláucia Barros

##### Quem é

Formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), integra as equipes da Fundação Avina e da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais.

##### Contato

**Endereço:** institucional: Av. Brasil, 1.438 – Sl. 1.405, Belo Horizonte (MG)

**Fone:** (31) 3222-8806 / 9294-0151

**E-mail:** glaucia.barros@avina.net

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil; ensino médio; políticas públicas; orçamento público; marco legal; orçamento federal e estadual; orçamento participativo; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); metas e objetivos da educação; tramitação de projetos; indicadores orçamentários; eficiência/eficácia do gasto público. Critica a aplicação dos recursos públicos em educação e possui propostas de medidas para corrigir os problemas existentes.

#### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Progra-

ma Nacional da Juventude; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Possui informações sobre população beneficiada, metas e sustentabilidade destes programas. Identifica falhas ou limitações dos governos e da sociedade civil na execução destas políticas e apresenta soluções para os problemas encontrados, que envolve as autoridades governamentais, sociedade civil e organismos internacionais.

#### Marco legal

Constituição Federal; Leis de Diretrizes e Bases (LDB); Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correlacionando-o ao gasto público.

#### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Compromisso Educação para Todos; Um Mundo para as Crianças (MPC); Plano Presidente Amigo da Criança; Selo Unicef; Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

#### Projetos de lei em tramitação

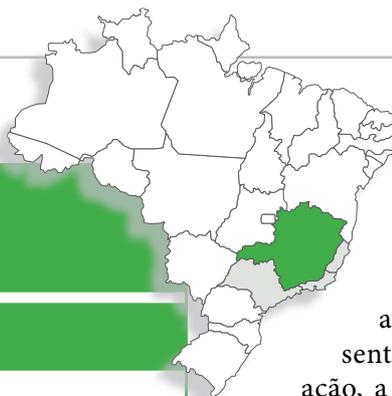
Audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo legislativo e pela sociedade civil.

#### Indicadores orçamentários

Investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto em educação relativo ao orçamento público total; contratação de professores; formação de docentes. □

## Região Sudeste

### Minas Gerais



## Wieland Silberschneiber

### Quem é

Mestre em Sociologia Urbana Industrial pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é consultor da Fundação Abrinq. Atua também no Fórum Mineiro de Educação Infantil.

### Contato

**Endereço:** Rua Contria, 263 – Apto. 102, Belo Horizonte (MG)

**Fone:** (11) 3848-8799 / (31) 9123-9757

**E-mail:** wieland@uai.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Orçamento Criança; Plano Presidente Amigo da Criança; leis orçamentárias da União; marco legal; recursos para a educação; temáticas orçamentárias; informações sobre outros estados e municípios. Identifica falhas ou limitações do gasto público municipal e propõe medidas para a melhoria dos gastos públicos em educação, a serem executadas pelos poderes executivos e legislativos federal, estadual e municipal, além de outras autoridades governamentais e sociedade civil.

### Políticas públicas

Possui informações sobre as metas, resultados e contrapartidas dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Também avalia o programa por meio de dados. Apresenta soluções, recomendações ou cursos de ação, a serem seguidos por poderes governamentais, a fim de melhorar os resultados alcançados com esta política pública.

### Marco legal

Políticas de assistência, saúde e educação; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correlacionando artigos com o gasto público em educação.

### Recursos para educação

Orçamentos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasses aos estados e municípios.

### Temáticas orçamentárias

Vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

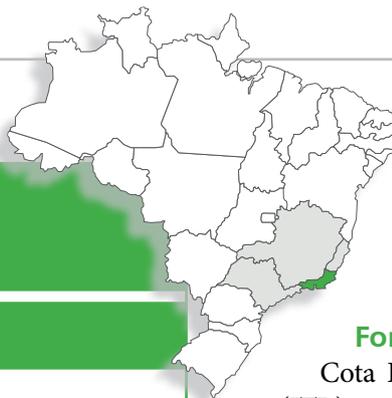
- SILBERSCHNEIBER, WIELAND. Relatório Plano Presidente Amigo da Criança. São Paulo: Fundação Abrinq.
- SILBERSCHNEIBER, WIELAND. Avaliação das execuções orçamentárias. São Paulo: Fundação Abrinq.
- SILBERSCHNEIBER, WIELAND. Avaliação do contingenciamento. São Paulo: Fundação Abrinq.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- Fundação Abrinq □

## Região Sudeste

### Rio de Janeiro



#### Nicholas Davies

#### Quem é

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

#### Contato

**Endereço:** Rua Visconde do Rio Branco, 882 – Bl. “D” Sl. 430, Niterói (RJ) – 24020-200

**Fone:** (21) 2629-2675 / 2717-9908

**E-mail:** nicholas@pq.cnpq.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino fundamental; ensino médio; ensino superior; políticas públicas para a educação; orçamentos públicos para a educação em níveis federal e estadual, municipal; orçamento participativo; repasse de recursos aos estados e municípios; fontes de financiamentos; metas e objetivos; indicadores e avaliações de resultados educacionais; indicadores orçamentários educacionais; temáticas orçamentárias; avaliação da aplicação de recursos públicos para a educação.

#### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Prouni; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Também indica falhas na execução de políticas públicas para a educação pelos governos, sociedade civil, assim como

soluções para os problemas levantados. Além disso, discute os efeitos da improbidade administrativa, de desvios e corrupção na educação brasileira.

#### Fontes de financiamentos

Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); empréstimos junto a organismos multilaterais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIex); Lei Kandir; Recursos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Salário-Educação.

#### Metas e objetivos

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Municipal de Educação (PME); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

#### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Censo Escolar; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Educação (Siope); e taxas de matrículas de estudantes, evasão escolar e repetência; número de professores por aluno, por escola/sala de aula.

#### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial dos profissionais da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia ▶

do gasto público; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; custo aluno qualidade; remuneração de professores; gastos em insumos.

### Principais publicações sobre o tema

- DAVIES, Nicholas. O Fundef e as verbas da educação. São Paulo: Xamã, 2001.
- DAVIES, Nicholas. Verbas da educação: o legal x o real. Niterói: Eduff, 2000.
- DAVIES, Nicholas. Os tribunais de contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos? Brasília: Editora Plano, 2001.
- DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação: novos ou velhos desafios? São Paulo: Xamã, 2004.
- DAVIES, Nicholas. Fundeb: a redenção da educação básica?. Campinas: Autores Associados, 2008.

### Principais artigos da fonte

- DAVIES, Nicholas. Ensino fundamental: responsabilidade só dos municípios? Rio de Janeiro: Folha Dirigida, Caderno de Educação, 3 a 9 de janeiro de 2008. N 1608, p. 6.
- DAVIES, Nicholas. Professor da UFF critica documento do Plano Estadual de Educação do RJ. Rio de Janeiro: Folha Dirigida, 19 de novembro de 2007.
- DAVIES, Nicholas. No fundo, a repetição dos mesmos erros. Rio de Janeiro: Folha Dirigida, Caderno de Educação, 2007. pág. 12.
- DAVIES, Nicholas. A legislação educacional e alguns de seus equívocos. Santos: Subsídio, 2006. v. 14. p. 5.
- DAVIES, Nicholas. Fundeb: a nova redenção da educação? Rio de Janeiro: Folha Dirigida, Suplemento do Professor, 2006. p. 35.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.uff.br/facedu](http://www.uff.br/facedu) □

## Região Sudeste

### Rio de Janeiro



#### Renato Elman

#### Quem é

Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é assessor parlamentar e trabalha no Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro.

#### Contato

**Endereço:** Rua Dom Manoel, s/nº, sala 402 – Centro, Rio de Janeiro (RJ) – 20010-090

**Fone:** (21) 2588-1402

**E-mail:** renato@molon.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Recursos para a educação; fontes de financiamento; temáticas orçamentárias; indicadores e avaliações; projetos de lei em tramitação; indicadores orçamentários. Conhece artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os correlaciona ao gasto público; compara informações orçamentárias de outros países, estados e municípios; identifica falhas ou limitações do gasto público, assim como situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção. Além disso, possui sugestões para o aprimoramento dos investimentos em educação.

### Recursos públicos para a educação

Orçamentos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasses aos estados e municípios.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao

Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Fundo de Participação dos Estados (FPE); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula e por região; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

### Projetos de lei em tramitação

Aprovação pelo legislativo; execução orçamentária (doação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo legislativo.

### Indicadores orçamentários

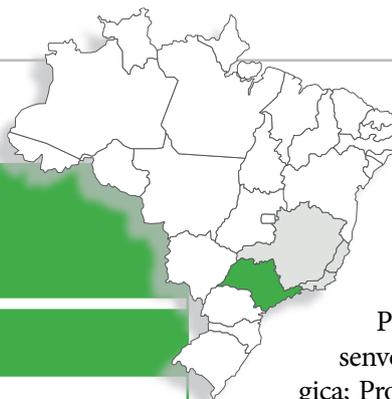
Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB) e por nível de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gastos em contratação e remuneração de professores e de outros profissionais de educação; gastos em formação de docentes, em outras funções educacionais, em insumos e em infra-estrutura.

### Temáticas orçamentárias

Piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos. □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### Daniel Tojeira Cara

##### Quem é

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), é coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e consultor do Conselho Nacional de Juventude.

##### Contato

**Endereço:** Rua Alves Guimarães 882, apto. 83, São Paulo (SP) – 05410-001

**Fone:** (11) 3151-2333 / 8454-1122

**E-mail:** daniel.cara@campanhaeducacao.net  
tojeira.cara@gmail.com

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino médio; ensino noturno; ensino profissionalizante ou técnico; educação de jovens e adultos (EJA); educação “especial” ou inclusiva; políticas públicas; marco legal; orçamento federal; orçamento participativo; repasses de recursos aos estados e municípios; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliação; informações orçamentárias de outros países e estados; temáticas orçamentárias. Acompanha a tramitação de projetos de lei; aponta falhas ou limitações do gasto público federal, da sociedade, organismos internacionais; improbidade administrativa; propostas de melhoria da educação.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Escolarizado; Programa Escola da Família; Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Direitos Humanos, Direitos de Todos; Livro Aberto; Gestão da Participação em Organismos internacionais; Universidades do Século XX; Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Programa Nacional da Juventude; Bolsa-Escola; Escola de Fábrica; Escola Básica Ideal; Políticas de Ação Afirmativa; Programa Nacional de Informática na Educação; Promed; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada da Educação Básica; TV Escola; Programa Luz para Todos; Programa Bolsa Família; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Transporte Escolar.

### Marco legal

Legislação educacional, Fundef e Fundeb, acordos internacionais, termos de parceria Unesco/Unicef; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correlacionando-o com gastos públicos em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Lei Kandir; Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); recursos da Previdência; empréstimos junto a organismos multilaterais; outros empréstimos e endividamentos; prestação de serviços e transferência de renda de famílias às escolas; recursos provenientes de responsabilidade social empresarial. ▶

## Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano Presidente Amigo da Criança; Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

## Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Censo Escolar; taxa de matrícula de estudantes; número de professores; taxa de professores por aluno; docentes por escola e sala de aula; número de professores por região ou unidade federativa; número de professores por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Prova Brasil ou Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); indicadores da OCDE.

## Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

## Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; elaboração de estimativa de recursos pelo ministério da fazenda; elaboração da proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); envio da proposta do executivo para o legislativo; alterações/modificações no âmbito da Casa Civil; apreciação da comissão mista de planos, orçamento público e fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo executivo, pelo legislativo e pela sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

## Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e categoria por natureza (nível de ensino); custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em contratação de professores; gastos em remuneração de professores; gastos em formação de professores; gastos em remuneração de outros profissionais da educação; gastos em insumos (merenda, livro didático, computadores etc.); gastos em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

## Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.campanhaeducacao.net](http://www.campanhaeducacao.net) □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### Denise Carreira

#### Quem é

Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é coordenadora do Programa Pesquisa e Ação Política da Ação Educativa e integra a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação.

#### Contato

**Endereço:** Rua General Jardim, 660 – Vila Buarque, São Paulo (SP) – 01223-010

**Fone:** (11) 3151-2333 R. 132 / 9606-4309

**E-mail:** denise@acaoeducativa.org.br / denisecarreira2@yahoo.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação em geral (não especifica nível ou modalidade de ensino); informações sobre orçamentos para a educação de diferentes países; avaliação sobre a aplicação do orçamento público; conhecimento sobre os orçamentos federal e municipal; metas e objetivos da educação; políticas públicas; fontes de financiamento; índices e avaliações de resultados educacionais; indicadores e temáticas orçamentários educacionais; avaliação sobre a aplicação do orçamento público.

### Políticas públicas

Possui informações sobre metas e dados de políticas públicas para a educação e avalia os seguintes programas: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Políticas de Ação Afirmativa; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Direitos Humanos, Direitos de Todos. Aponta falhas ou limitações

dos governos e da sociedade civil na aplicação destas políticas públicas, bem como possui propostas de soluções e ações para os problemas identificados. Tem conhecimento sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e de artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

### Fontes de financiamento

Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE).

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Compromisso Educação para Todos; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano Estadual de Educação; Plano Nacional de Educação (PNE).

### Indicadores e avaliações

Censo Escolar; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); número de matrículas de estudantes; quantidade de professores por aluno, em unidades federativas, por escola, sala de aula e nível de formação; evasão escolar e repetência.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); piso salarial dos profissionais da educação.

### Principais publicações sobre o tema

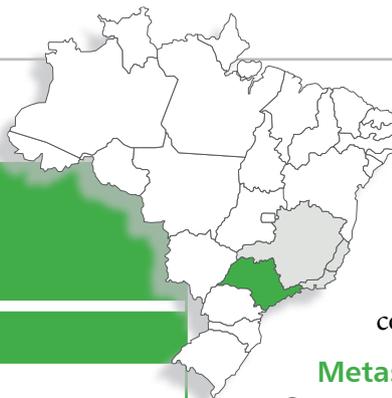
- CARREIRA, Denise; REZENDE, José Marcelino. Custo-Aluno Qualidade (CAQ) inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. São Paulo: Editora Global, 2008.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.acaoeducativa.org.br](http://www.acaoeducativa.org.br) □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### José Luiz Guimarães

##### Quem é

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), onde atua como docente.

##### Contato

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100, Assis, (SP)  
– 19806-900

**Fone:** (18) 3302-5896

**E-mail:** jluiz@assis.unesp.br /  
jluizguimaraes@uol.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; educação em geral (não especifica nível ou modalidade de ensino); políticas públicas; orçamentos federal e municipal; repasses aos municípios; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; temáticas orçamentária. Possui informações orçamentárias de outros municípios e aponta falhas ou limitações do gasto público federal e municipal.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Bolsa-Escola; Estatuto da Criança e do Adolescente, correlacionando-o ao gasto público em educação. Possui infor-

mações sobre estes programas, como beneficiados, contrapartidas do público-alvo e aspectos relacionados a sustentabilidade. Está capacitado a identificar falhas ou limitações na condução e execução destas políticas públicas.

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Compromisso Educação para Todos; Compromisso Todos pela Educação; Plano Plurianual (PAA); Plano Estadual de Educação (PEE).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula por estudante; taxa de professor por aluno; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil).

### Indicadores orçamentários

Indicador de gasto educacional por estudante; gasto total em educação; gastos em educação relativos ao orçamento público total.

### Temáticas orçamentárias

Disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; eficiência/eficácia do gasto público; tensão entre interesses coletivos

### Principais publicações sobre o tema

- GUIMARÃES, JOSÉ LUIZ. Alguns Impactos do Fundef: Apontamentos e Incertezas após a sua Implantação. In: Martins, A. M.; Bueno, M. S. S.; Oliveira, C.. (Org.). O Processo de Municipalização do Ensino em São Paulo: Possibilidades e Limites. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, v. 1, p. 193-211.
- GUIMARÃES, JOSÉ LUIZ. O financiamento da educação infantil. Quem paga a conta?. In: Maria Lucia A. Machado. (Org.). Encontros e Desencontros em Educação Infantil. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002, v. 1, p. 36-43.
- GUIMARÃES, JOSÉ LUIZ. As vulnerabilidades do FUNDEF: conjecturas a partir da sua implantação ▷

no Estado de São Paulo. In: Maria Aparecida Viggiani Bicudo; Carlos Silva Júnior. (Org.). Formação do educador e avaliação educacional. São Paulo: Editora Unesp, 1999, v. 3, p. 53-67.

### Principais artigos da fonte sobre o tema

- GUIMARÃES, J. L.. Matrícula de 4 a 6 anos cai 1% em 3 anos por falta de recursos. Jornal do Comércio – Recife/PE, 16 dez. 2000.
- GUIMARÃES, J. L.. Só 40% das crianças vão a creche e pré-escola. O Estado de São Paulo, 16 dez. 2000.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- Capes □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### José Marcelino de Rezende Pinto

##### Quem é

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor da Universidade Federal de São Paulo (USP) e presidente do Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto.

##### Contato

**Endereço:** Av. Bandeirantes, 3.900, Monte Alegre, Ribeirão Preto (SP) – 14040-900

**Fone:** (16) 3602-3732 / 3630-1284

**E-mail:** jmrpinto@ffclrp.usp.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos (EJA); ensino rural; educação “especial” ou inclusiva; ensino superior; ensino noturno; recursos reservados para políticas públicas; fontes de financiamento; metas e objetivos; temáticas orçamentárias; políticas públicas; marco legal; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; informações orçamentárias de outros estados e municípios. Crítica a aplicação de recursos públicos em educação e disso, possui propostas de medidas para a melhoria da educação brasileira.

### Políticas públicas

Possui dados como metas, público-alvo e resultados dos seguintes programas: Plano de Desenvolvimento da Educa-

ção (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (EJA); Programa Brasil Escolarizado; Programa Escola da Família; Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Universidades do Século XX; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Bolsa-Escola; Diversidade na Universidade; Escola Básica Ideal; Políticas de Ação Afirmativa; Promed; Fies; Transporte Escolar; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb). Além disso, avalia o desempenho destas políticas públicas e aponta projetos semelhantes de outros estados, municípios e países.

### Marco legal

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Correlaciona artigos do ECA aos gastos públicos.

### Recursos para educação

Orçamentos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasses aos estados e municípios.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); >

Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); recursos da Previdência (ex. INSS) e os provenientes de responsabilidade social empresarial; empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.).

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno; por escola/sala de aula, por estado, por nível de formação; taxas de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); Indicadores Educacionais do Mercosul; indicadores da OCDE.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gasto em relação ao orçamento público total e a outras funções da educação; investimento público e privado em educação; gasto total em educação; gasto nas escolas por nível de ensino; gastos na remuneração de professores

e outros profissionais de educação; gastos em formação de professores, insumos e infra-estrutura.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos.

### Principais publicações sobre o tema

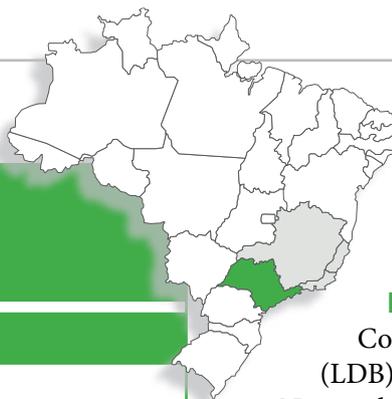
- CARREIRA, Denise; PINTO, J. M. R.. Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global, 2007. v. 1.
- PINTO, J. M. R.. Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas. 1. ed. Brasília: Plano, 2000. v. 1. 181 p.
- PINTO, J. M. R.. La financiación de una escuela con estándar de calidad. In: Campaña Nacional pelo Direito à Educação. (Org.). La educación en América Latina: Derecho en riesgo. São Paulo: Cortez, 2006, p. 74-83.
- PINTO, J. M. R.. Os municípios e o financiamento da educação. In: Araújo, Luiz. (Org.). Revista Educação Municipal. Brasília: Undime, 2004, v. 1, p. 1-2008.

### Principais artigos sobre o tema

- PINTO, J. M. R.. Financiamento da educação do Brasil: da vinculação constitucional à construção de uma escola com padrões mínimos de qualidade. Revista Linhas Críticas, Brasília, DF, v. prelo, 2005.
- PINTO, J. M. R.. Os municípios e o financiamento da educação no Brasil. Revista Educação Municipal, v. 7, 2005.
- PINTO, J. M. R.. Uma análise do financiamento da educação no Estado da Califórnia, EUA. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 699-722, 2005.
- PINTO, J. M. R.. Requisitos para a construção do Fundeb. Educação. Teoria e Prática (Rio Claro), v. 12, p. 12-19, 2005. □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### Juca-Pirama Camargo Gil

##### Quem é

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), onde atualmente leciona. Também é professor da Universidade Nove de Julho (Uninove).

##### Contato

**Endereço:** Av. Universidade, 308 – Bl. A – Sl. 209 – Cidade Universitária, São Paulo (SP) – 05508-000

**Fone:** (11) 3815-0232

**E-mail:** jucagil@uol.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação básica; educação “especial” ou inclusiva; educação em geral (não especifica nível ou modalidade de ensino); políticas públicas; orçamentos federal, estadual e municipal; fontes de financiamento; metas e objetivos; projetos de lei em tramitação; indicadores orçamentários; análise sobre a destinação de recursos para a educação, apontando falhas por parte dos poderes governamentais e outros atores sociais e também propõe soluções para o melhor uso das verbas.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Gestão da Participação em Organismos Internacionais. Tem os seguintes dados destes programas: metas; aspectos de sustentabilidade; projetos semelhantes de outros países, estados, municípios e localidades. Avalia estas políticas públicas com ou sem dados e aponta falhas ou limitações de poderes públicos, setor privado, sociedade civil

e organismos internacionais na condução destes programas, além de propor soluções para as problemáticas levantadas.

### Marco legal

Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Constituição Estadual de São Paulo; Plano Nacional de Educação (PNE); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correlacionando-o ao gasto público em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.); outros empréstimos/endividamentos.

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Sistema de Informações sobre Orçamentos ▷

Públicos em Educação (Siope); indicadores educacionais do Mercosul; indicadores da OCDE.

### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; elaboração de estimativa de recursos pelo Ministério da Fazenda; envio da proposta do Executivo para o Legislativo; alterações/modificações no âmbito da Casa Civil; apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder Executivo; aprovação pelo Legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo Executivo, Legislativo e sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e categoria por natureza (nível de ensino); custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em contratação e em remuneração de professores; gastos em remuneração de outros profissionais de educação; gastos em insumos (merenda, livro didático, computadores etc.) e em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

- GIL, Juca (Org.); ARELARO, Lisete Regina Gomes (Org.). Educação Municipal: experiências de políticas democráticas. 1. ed. Ubatuba: Estação Palavra, 2004. v. 1. 208 p.
- GIL, Juca; ARELARO, Lisete Regina Gomes. Política de fundos na educação: duas posições. In: Maria José Rocha Lima; Maria do Rosário Almeida; Vital Didonet. (Org.). FUNDEB: Dilemas e Perspectivas. Brasília: Edição Independente, 2005.
- GIL, Juca; ARELARO, Lisete Regina Gomes. Contra a municipalização do ensino à brasileira. In: Juca Gil. (Org.). Educação Municipal: experiências de políticas democráticas. Ubatuba: Estação Palavra, 2004, p. 15-45.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- Biblioteca da Universidade de São Paulo (USP) □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### Lisete Regina Gomes Arelaro

##### Quem é

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

##### Contato

**Endereço:** Av. da Universidade, 308 – Cidade Universitária, São Paulo (SP) – 05508-900

**Fone:** (11) 3815-0232 / 3871-3269 / 9146-9245

**E-mail:** liselaro@usp.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino noturno; educação de jovens e adultos (EJA); educação rural; educação “especial” ou inclusiva; educação em geral (não específica nível ou modalidade de ensino); políticas públicas. Possui dados sobre os programas governamentais para educação, como público-alvo, metas, resultados, contrapartida dos beneficiados. Conhece projetos semelhantes de outros países, casos de improbidade administrativa, marco legal de fundos públicos para a educação e artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Compara informações orçamentárias de outros países, estados e municípios e avalia a aplicação de verbas para a educação e para políticas públicas em geral, apontando falhas e medidas a serem tomadas para que haja melhorias.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Escolarizado; Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Direitos Humanos, Direitos de Todos; Brasil Patrimônio Cultural; Gestão da Participação em Organismos Internacionais; Universidades do Século XX; Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Educação para a Diversidade e Cidadania; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Bolsa-Escola; Diversidade na Universidade; Escola Básica Ideal; Políticas de Ação Afirmativa; Projeto Rondon; Prouni; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Transporte Escolar; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

### Nível de recursos

Orçamento federal; orçamento estadual; orçamento municipal; orçamento participativo; repasses aos estados; repasses aos municípios.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às ▸

Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.); outros empréstimos/endividamentos.

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Pluri-anual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de Estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); indicadores da OCDE.

### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; elaboração de estimativa de recursos pelo Ministério da Fazenda; elaboração da proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); envio da proposta do executivo para o legislativo; apreciação da Comissão Mista de

Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo executivo, pelo legislativo e pela sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

### Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e categoria por natureza (nível de ensino); custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em contratação de professores; gastos em remuneração de professores; gastos em formação de professores; gastos em insumos (merenda, livro didático, computadores etc.); gastos em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação). □

## Região Sudeste

### São Paulo



### Políticas pública

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Escolarizado; Programa Escola da Família; Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas; Gestão da Participação em Organismos Internacionais; Universidades do Século XX; Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Educação para a Diversidade e Cidadania; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Bolsa-Escola; Diversidade na Universidade; Escola Básica Ideal; Políticas de Ação Afirmativa; Promed; Prouni; Fies; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Programa Bolsa Família; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Transporte Escolar. Em relação aos programas, possui informações sobre a população beneficiada, metas, resultados, contrapartidas do público-alvo e aspectos ligados à sustentabilidade. Avalia o impacto social dos projetos e apresenta dados sobre iniciativas semelhantes em outros países, estados, municípios e localidades.

### Marco legal

Constituição Federal; legislação nacional e de vários estados relativas à educação; Estatuto da Criança e do Adolescente. Correlaciona artigos do ECA ao gasto público no setor.

### Nível de recursos

Orçamentos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasses aos estados e municípios; empréstimos internacionais; fundos de ações do mercado financeiro. ▷

## Romualdo Luiz Portela de Oliveira

### Quem é

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor pela Cornell University (EUA), é professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

### Contato

**Endereço:** Av. da Universidade, 308 – Cidade Universitária, São Paulo (SP) – 05508-900

**Fone:** (11) 3215-0232 / (19) 8178-6717

**E-mail:** romualdo@usp.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante ou técnico; ensino noturno; educação de jovens e adultos (EJA); ensino superior; educação indígena; educação rural; educação “especial” ou inclusiva; educação quilombola; educação em geral; marco legal; recursos para a educação; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; projeto de lei em tramitação; temáticas orçamentárias. Critica a condução e a execução de políticas públicas para educação; aponta limitações dos governos, do setor privado, da sociedade civil e de organismos internacionais; discute situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção. Além disso, apresenta soluções para o aperfeiçoamento dos programas, a serem seguidas pelo governo, pelo setor privado, pela sociedade civil e por organismos internacionais; tem e compara informações orçamentárias de outros países, estados e municípios.

## Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); recursos da Previdência (ex. INSS); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.); outros empréstimos/endividamentos; prestação de serviços e transferência de renda de famílias às escolas; recursos provenientes de responsabilidade social empresarial.

## Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano Presidente Amigo da Criança; Compromisso Todos pela Educação; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

## Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional para Certificação de

Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); indicadores educacionais do Mercosul; indicadores da OCDE.

## Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; elaboração de estimativa de recursos pelo Ministério da Fazenda; elaboração da proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); envio da proposta do Executivo para o Legislativo; alterações/modificações no âmbito da Casa Civil; apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no Executivo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo Legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo Executivo, pelo Legislativo e pela sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

## Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por nível de ensino; custo aluno qualidade; gastos em educação ▷

relativo a gastos em outras funções; gastos em contratação de professores; gastos em remuneração de professores; gastos em formação de professores; gastos em remuneração de outros profissionais de educação; gastos em insumos (merenda, livro didático, computadores etc.); gastos em infra-estrutura (construção, reforma etc.).

### Temáticas orçamentárias

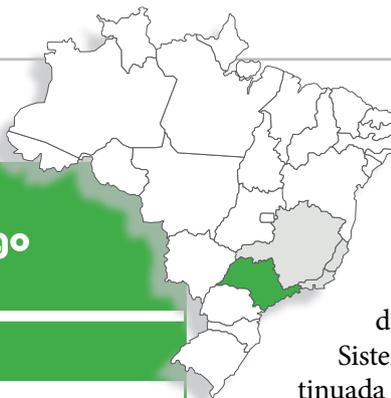
Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação; piso salarial de profissional de educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

- OLIVEIRA, R. P.. Uma dimensão avaliativa do Fundef: a desigualdade regional. Curitiba: Educar em revista, 2003. n. 22. p. 139-151.
- SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P.. Políticas de Avaliação da Educação e quase mercado no Brasil. Campinas: Educação & Sociedade, 2003. v. 24, n. 84, p. 873-895.
- OLIVEIRA, R. P. (Org.); ADRIÃO, T. (Org.). Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. v. 1. 143 p.
- OLIVEIRA, R. P. (Org.); ADRIÃO, T. (Org.). Gestão, Financiamento e Direito à Educação. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2002. 127 p. □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### Rubens Barbosa de Camargo

##### Quem é

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), é membro do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Acompanhamento e Conselho Social do Fundeb, ambos da cidade de São Paulo.

##### Contato

**Endereço:** Av. da Universidade, 308 – Bl. A, Sl, 209, São Paulo (SP) – 05508-900

**Fone:** (11) 3091-3342, R. 272 / 2950-2770

**E-mail:** rubensbc@usp.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creches e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos (EJA); educação em geral (não especifica nível ou modalidade de ensino); políticas públicas; marco legal; recursos para a educação; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; falhas ou limitações do gasto público federal, estadual e municipal; situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção; soluções, recomendações ou cursos de ação a ser seguidos pelo Executivo.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Escola da Família; Programa Gestão da Política de Educação

Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Direitos Humanos, Direitos de Todos; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Bolsa-Escola; Escola Básica Ideal; Prouni; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Programa Bolsa Família; Transporte Escolar. Possui dados sobre os programas para a educação, como população beneficiada, contrapartida do público-alvo, metas, resultados e projetos semelhantes de outros países, estados e municípios. Identifica falhas ou limitações de poderes governamentais e da sociedade civil e aponta situações de improbidade administrativa, desvios e corrupção.

### Marco legal

Leis de Diretrizes e Bases (LDB); decretos e portarias específicos; resoluções de ministérios e secretarias; atos normativos de conselhos; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Correlaciona o ECA ao gasto público no setor.

### Nível de recursos

Orçamentos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasses aos estados e municípios; recursos dos usuários para manutenção da própria escola.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Prestação de Serviços e Transferência de Renda de Famílias às Escolas. ▸

## Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Compromisso Educação para Todos; Compromisso Todos pela Educação; Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

## Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes e de professores por aluno, por escola/sala de aula, por região e por nível de formação; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); indicadores da OCDE.

## Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; elaboração de estimativa de recursos pelo Ministério da Fazenda; elaboração da proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); envio da proposta do Executivo para o Legislativo; alterações/modificações no âmbito da Casa Civil; aprovação pelo Legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo Executivo; fiscalização da execução orçamentária pela sociedade civil; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas.

## Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino; gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por nível de ensino; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em contratação e em remuneração de professores e

outros profissionais da educação; gastos em formação de docentes; gastos em insumos e em infra-estrutura.

## Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE); piso salarial do profissional da educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; estruturas de gestão de recursos; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

## Principais publicações sobre o tema

- Plano Estadual de Educação – proposta da sociedade paulista ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)).
- CAMARGO, R. B.; OLIVEIRA, J.; CRUZ, R. E.; GOUVEIA, A. B.. Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: Problematização da Qualidade em Pesquisa de Custo-Aluno-Ano em Escolas de Educação Básica. Brasília: INEP, 2006.
- CAMARGO, R. B.; NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do. Levantamento do custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica que oferecem condições para a oferta de um ensino de qualidade em São Paulo. In: Nalú Farenzena. (Org.). Custo e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais. Brasília: INEP, 2005, v. , p. 183-201.

## Principais artigos sobre o tema

- GOUVEIA, A. B.; CRUZ, R. E.; CAMARGO, R. B.; OLIVEIRA, J.. Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno ano. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 22, p. 253-276, 2006.
- CAMARGO, R. B.; ARELARO, Lisete Regina Gomes; HELENE, Otaviano; MATSUSHIGUE, Lighia Horodynski. Passando a limpo o financiamento da educação: algumas considerações. Revista Adusp, São Paulo, v. 1, p. 30-42, 2004. □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### Salomão Barros Ximenes

##### Quem é

Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é coordenador do Projeto Ação na Justiça da ONG Ação Educativa.

##### Contato

**Endereço:** Rua General Jardim, 660 – Vila Buarque, São Paulo (SP) – 01223-010

**Fone:** (11) 3151-2333 / 8224-6069

**E-mail:** [salomao.ximenes@acaoeducativa.org](mailto:salomao.ximenes@acaoeducativa.org) / [salomaoximenes@gmail.com](mailto:salomaoximenes@gmail.com)

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação básica; políticas públicas; marco legal; orçamento federal; repasses aos estados e municípios; isenções ao setor privado; fontes de financiamento; metas e objetivos; indicadores e avaliações; tramitação de projetos de lei; temáticas orçamentárias. Possui e compara informações orçamentárias sobre outros estados e aponta falhas ou limitações do gasto público federal e da sociedade civil. Além disso, propõe soluções para o gasto público em educação.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Escolarizado; Programa Desenvolvimento da Educação Infantil; Programa Gestão da Política de Educação Básica; Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; Programa Brasil Quilombola; Direitos Humanos,

Direitos de Todos; Gestão da Participação em Organismos Internacionais; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial; Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Programa de Educação para a Diversidade e Cidadania; Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio; Escola Básica Ideal; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Transporte Escolar. A fonte possui informações sobre a população beneficiada, metas e resultados destes programas públicos. Além disso, aponta falhas ou limitações de poderes públicos e sociedade civil na condução destas políticas, bem como propõe medidas a fim de melhorá-las. Estas ações devem ser implantadas pelos governos, sociedade civil e organismos internacionais. Conhece casos de improbidade administrativa, desvios e corrupção.

### Marco legal

Normativa internacional; legislação federal; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Correlaciona o ECA ao gasto público em educação.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.). ▸

## Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Plano Nacional de Educação (PNE); Compromisso Educação para Todos; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Um Mundo para as Crianças (MPC); Plano Presidente Amigo da Criança; Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); recomendações dos relatores especiais e do Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU); recomendações do Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

## Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Censo Escolar; número de matrícula de estudantes; taxa de evasão escolar e de repetência; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa); Indicadores Mundiais de Educação (WEI); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); indicadores educacionais do Mercosul; indicadores da OCDE.

## Projetos de lei em tramitação

Apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária no poder executivo; audiências públicas e intervenções da sociedade civil na proposta orçamentária na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; aprovação pelo Legislativo; veto ou sanção presidencial da proposta; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo Executivo, Legislativo e sociedade civil.

## Indicadores orçamentários

Gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); investimento público e privado nas instituições de ensino;

gasto total em educação; gasto em educação relativo ao orçamento público total; gasto nas instituições de ensino por categoria de serviços e categoria por natureza (nível de ensino); custo aluno qualidade; gastos em educação relativo a gastos em outras funções; gastos em insumos (merenda, livro didático, computadores etc.) e em infraestrutura (construção, reforma etc.).

## Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); vetos ao Plano Nacional de Educação; disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

## Principais publicações sobre o tema

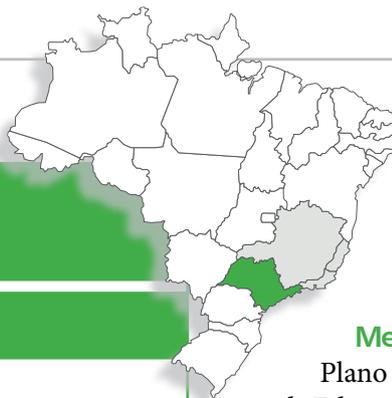
- SADECK, Francisco; XIMENES, Salomão Barros. A educação infanto-juvenil no Brasil. Brasília: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – INESC, 2005 (Boletim Orçamento e Política da Criança e do Adolescente).
- XIMENES, Salomão Barros. A execução orçamentária da educação no primeiro mandato do governo Lula e suas perspectivas. In: ARAÚJO, Luiz; PINTO, José Marcelino; XIMENES, Salomão Barros. Financiamento da Educação no Governo Lula. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2008.
- XIMENES, Salomão Barros. Fundo público e direito à educação: um estudo a partir dos gastos públicos da União e do Município de Fortaleza. 2006. 199p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

## Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.acaoeducativa.org.br](http://www.acaoeducativa.org.br)
- [www.campanhaeducacao.org.br](http://www.campanhaeducacao.org.br) □

## Região Sudeste

### São Paulo



#### Valdemir Aparecido Pires

##### Quem é

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unmep), é professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

##### Contato

**Endereço:** Rodovia Araraquara/Jaú, km 1 – Caixa Postal 174, Araraquara (SP) – 14800-901

**Fone:** (16) 3301-6248 / (19) 9789-2440

**E-mail:** vapires@fclar.unesp.br  
vapires@terra.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino superior; políticas públicas, apresentando informações sobre população beneficiada, metas e resultados; aponta falhas ou limitações dos governos e da sociedade civil na execução de programas para a educação; propõe soluções para o aperfeiçoamento das políticas públicas, que devem ser seguidas pelos poderes governamentais e sociedade civil; marco legal de políticas públicas; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), correlacionando-o com gastos públicos; fontes de financiamento em geral; recursos para a educação; indicadores e avaliações em geral; indicadores orçamentários; detém e compara informações orçamentárias de outros municípios.

### Recursos para educação

Orçamentos federal, estadual e municipal; orçamento participativo; repasses aos estados e municípios.

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Metas do Milênio; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Temáticas orçamentárias

- Desvinculação das Receitas da União (DRU); eficiência/eficácia do gasto público; critérios de alocação de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil, profissionais de educação).

### Principais publicações sobre o tema

- PIRES, VALDEMIR. Resenha de Plank, David N. Política Educacional no Brasil. Piracicaba: Comunicações, v. 9, n. 1, p. 274-276, 2002.
- Principais artigos da fonte sobre o tema
- PIRES, VALDEMIR. Economia da educação: para além do capital humano. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 142 p.

### Onde pesquisar publicações da fonte

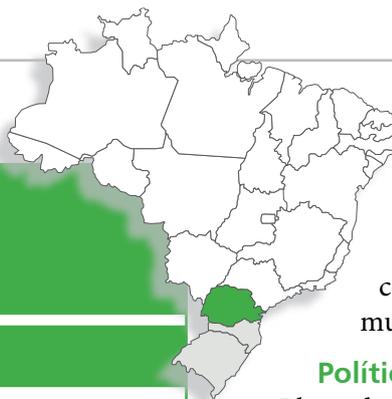
- [www.pires.pro.br](http://www.pires.pro.br) □



**Região  
Sul**

## Região Sul

### Paraná



### Andréa Barbosa Gouveia

#### Quem é

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

#### Contato

**Endereço:** Rua General Carneiro, 460 – Ed. Dom Pedro I – 4º andar – Sl. 410B, Curitiba (PR) – 80060-150

**Fone:** (41) 3360-5380

**E-mail:** andreabg@ufpr.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação básica; políticas públicas; orçamento municipal; orçamento participativo; fontes de financiamentos; metas e objetivos da educação; indicadores e avaliações; indicadores orçamentários; temáticas orçamentárias. Avalia a condução de políticas públicas pelos governos e apresenta recomendações para a melhoria dos programas; conhece legislação correlata ao financiamento da educação nacional, estadual e municipal e artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente; bem como conhece a formulação de projetos de lei no âmbito do Ministério da Educação (MEC). Além disso, compara dados orçamentários de outros muni-

cípios; avalia a aplicação dos recursos públicos na educação, apontando falhas do gasto público federal e municipal, identificando e sugerindo soluções para o Executivo municipal.

### Políticas públicas

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Possui dados sobre os resultados dessas políticas públicas, além de conhecer projetos de outros estados e municípios semelhantes a esses. Também aponta falhas ou limitações de poderes governamentais e da sociedade civil, bem como soluções, recomendações ou cursos de ação a serem seguidos pelos poderes governamentais.

### Fontes de financiamentos

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Salário-Educação; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE).

### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Indicadores e avaliações

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Censo Escolar; taxa de matrícula de estudantes; número de professores; quantidade de professores por aluno e de docentes por região ou unidade federativa; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope). ▷

### Indicadores orçamentários

Indicador de gasto educacional por estudante; gasto nas instituições de ensino relativo ao Produto Interno Bruto (PIB); gastos em remuneração de professores; montante total reservado para a educação.

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); disponibilidade de recursos; vinculações constitucionais; e a eficiência/eficácia do gasto público.

### Principais publicações sobre o tema

- CAMARGO, R. B.; CRUZ, R.; GOUVEIA, A. B.; OLIVEIRA, J. F. Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 22, p. 253-276, 2006.
- GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R.; SOARES, I. A.. Conselhos do FUNDEF no Paraná: perfil, natureza e prática. *Niterói: Movimento*, v. 1, n. 11, p. 81-96, 2005.
- GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R.. O financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana de Curitiba/PR/Brasil: Os desafios frente à expansão da oferta numa região em crescimento. *Barcelona: Scripta Nova*, v. IX, p. 194 (64), 2005.
- GOUVEIA, A. B.. O financiamento da educação em municípios da região metropolitana de Curitiba. In: *Andrea Barbosa Gouveia; Angelo Ricardo de Souza; Tais Moura Tavares. (Org.). Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. 1 ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2006, p. 191-206.

- GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R.. Revisitando a questão da natureza e da prática dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (Cacs) do Fundef no Estado do Paraná. In: *Donaldo Bello de Souza. (Org.). Acompanhamento e Controle Social da Educação: fundos e programas federais e seus conselhos locais*. São Paulo: Xamã, 2006, v. 1, p. 137-158.

### Principais artigos sobre o tema

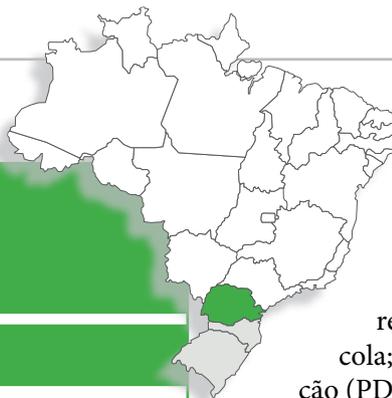
- GOUVEIA, A. B.; BRUEL, A. L.; SANTOS, A. L. R.; SOUZA, A. R.; SOARES, I. A.; OLIVEIRA, J. D.; SANTOS, J. M. T. P.; MORAES, L. V.; ZANETTI, M. A.. Impactos da implantação do FUNDEF no Município de Curitiba. *Revista Chão da Escola, Curitiba*, v. 1, n. 1, p. 13-17, 2003.
- GOUVEIA, A. B.. Os efeitos da política de financiamento da educação no Brasil e a questão do acesso à escola básica. *4º Caderno Pedagógico, Curitiba*, v. 1, p. 87 - 91, 26 abr. 2007.
- GOUVEIA, A. B.. Democratização do Estado e da Gestão da Educação: A experiência do orçamento participativo. In: *Reunião Anual da ANPED, 2003, Poços de Caldas. Novo governo. Novas Políticas*. Rio de Janeiro : ANPED, 2003. v. 1.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.redefinanciamento.ufpr.br](http://www.redefinanciamento.ufpr.br)
- [www.nupe.ufpr.br](http://www.nupe.ufpr.br) □

## Região Sul

### Paraná



## Ângelo Ricardo de Souza

### Quem é

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

### Contato

**Endereço:** Rua General Carneiro, 460 – Centro, Curitiba (PR) – 80060-150

**Fone:** (41) 3360-5380

**E-mail:** [angelo@ufpr.br](mailto:angelo@ufpr.br)

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Ensino fundamental (aborda, inclusive, a discussão sobre a ampliação do tempo deste nível de ensino para 9 anos); ensino superior; educação básica; orçamentos federal, estadual e municipal; repasses aos estados e municípios; metas e objetivos da educação; políticas públicas; fontes de financiamento; índices e avaliações de resultados educacionais; tramitação no Congresso Nacional de projetos que criam ou reduzem recursos para educação; indicadores e temáticas orçamentárias educacionais; indicadores sobre custos e gastos com educação no Brasil. Além disso, faz avaliações sobre a aplicação do orçamento público.

### Políticas públicas

Além de possuir avaliações com dados, detém informações sobre beneficiados, metas e resultados dos seguintes programas: Bolsa-Escola; Prouni; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Gestão da Política de Educação; e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Possui também informações sobre o marco legal dos dois últimos projetos, além de ter avaliações sobre falhas e limitações dos governos e da sociedade civil, apresenta recomendações para estes atores.

### Fontes de financiamento

Cota Parte Municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPIexp); Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCMD); Lei Kandir; recursos destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (MDE); Salário-Educação.

### Metas e objetivos

Compromisso de Dacar; Compromisso Educação para Todos; Compromisso Todos pela Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE).

### Indicadores e avaliações

Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); Censo Escolar; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Prova Brasil ou Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc); Sistema de Avaliação da Educação >

Básica (Saeb); taxas de matrículas de estudantes; e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

### Temáticas orçamentárias

Custo-Aluno Qualidade (CAQ); Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi); e vinculações constitucionais.

### Projetos de lei em tramitação

Pode apontar projetos de lei em fase de formulação pelo Ministério da Educação (MEC) e também de execução orçamentária.

### Principais publicações da fonte sobre o tema

- SOUZA; GOUVEIA e TAVARES (org). Conversas sobre financiamento da educação no Brasil. Curitiba: Editora UFPR, 2006.
- GOUVEIA ET AL. Custo aluno/ano em escolas com condições de qualidade no estado do Paraná. In: Farenzena (org.). Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas. Brasília: Inpe, 2005.

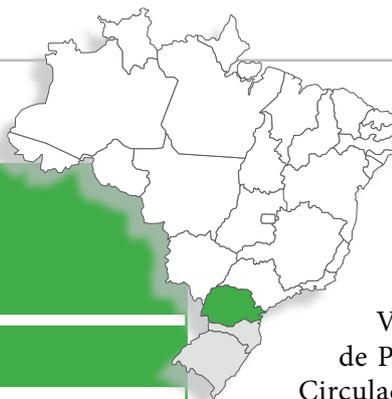
- SOUZA e GOUVEIA. Revisitando a questão da natureza e da prática dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundef no Estado do Paraná. In: Souza. Acompanhamento e controle social da educação. São Paulo: Xamã, 2006.
- SOUZA e GOUVEIA. O financiamento da educação em municípios da região metropolitana de Curitiba: os desafios frente à expansão da oferta numa região em crescimento. Barcelona: Revista Scripta Nuova, 2005. Vol. IX, nº 194.
- SOUZA, GOUVEIA e SOARES. Conselhos do Fundef no Paraná: perfil, natureza e prática. Revista Movimento. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005. Vol. 11, pág. 81-96.

### Onde pesquisar publicações da fonte

- [www.redefinanciamento.ufpr.br](http://www.redefinanciamento.ufpr.br)
- [www.nupe.ufpr.br](http://www.nupe.ufpr.br) □

## Região Sul

### Paraná



#### Mauro Munhoz

#### Quem é

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativa de Rolândia (Faccar), trabalha no Tribunal de Contas do Paraná.

#### Contato

**Fone:** (41) 3350-1741

**E-mail:** mmunhoz@tce.pr.gov.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação em geral (não especifica nível ou modalidade de ensino); Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica; políticas públicas de outros estados e municípios semelhantes ao Programa de Valorização; marco legal; orçamento estadual; repasse de recursos aos municípios; fontes de financiamento; metas e objetivos. Aponta falhas ou limitações de poderes governamentais na execução de políticas públicas para a educação; compara informações orçamentárias de outros estados; identifica falhas ou limitações do gasto público estadual e propõe medidas para serem adotadas pelo executivo estadual e outras autoridades governamentais.

### Marco legal

Constituição Federal Estadual; Lei Complementar 101/00; Lei Federal 4.320/64.

### Fontes de financiamento

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços; (ICMS); Lei Kandir; Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

### Metas e objetivos

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

### Projetos de lei em tramitação

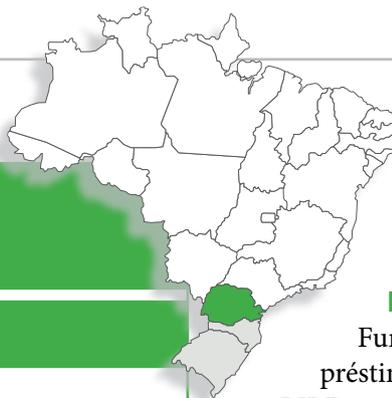
Elaboração da proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (emendas); aprovação pelo legislativo; execução orçamentária (dotação, contingenciamento etc.); fiscalização da execução orçamentária pelo executivo; fiscalização da execução orçamentária pelo legislativo.

### Principais publicações sobre o tema

- Manual Nacional de Auditoria Governamental □

## Região Sul

### Paraná



#### Mônica Ribeiro da Silva

##### Quem é

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

##### Contato

**Endereço:** Rua General Carneiro, 460 – Sl. 410 B, Curitiba (PR)

**Fone:** (41) 3360-5216 / 9956-6279

**E-mail:** monicars@ufpr.br

##### Marco legal

Lei de Diretrizes e Bases (LDB); decretos; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

##### Fontes de financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); empréstimos junto a organismos multilaterais (BID, BIRD etc.).

##### Metas e objetivos

Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Compromisso Educação para Todos.

##### Indicadores e avaliações

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

##### Projetos de lei em tramitação

Formulação no âmbito do MEC; tramitação do projeto entre comissões ou entre casas. □

### Assuntos sobre os quais tem domínio

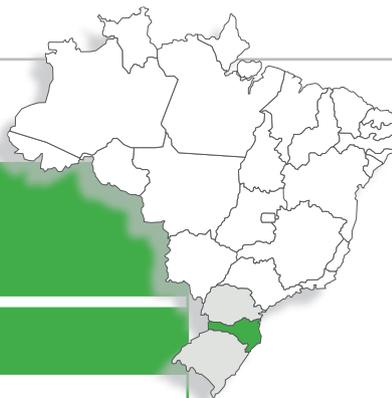
Ensino médio; educação básica; ensino profissionalizante ou técnico; educação de jovens e adultos (EJA); ensino superior; políticas públicas; marco legal; orçamento federal; indicadores e avaliações da educação; tramitação de projetos de lei que dispõem sobre a temática; metas e objetivos da educação.

### Políticas públicas

Escola de Fábrica; Programa de Integração entre Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Possui informações sobre a população beneficiada e os resultados desses programas.

## Região Sul

### Santa Catarina



#### Orlando Mattos Júnior

##### Quem é

Formado em Ciências Econômicas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, trabalha no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Fundo Municipal de Assistência Social.

##### Contato

**Endereço:** Rua Antônio da Veiga, 439 – Victor Konder, Blumenau (SC) – 89012-500

**Fone:** (47) 3222-3195 / 3328-6036

**E-mail:** mattos@blumenau.sc.gov.br / orlando\_mattos@bol.com.br

### Assuntos sobre os quais tem domínio

Educação infantil (creche e pré-escola); orçamento municipal; temáticas orçamentárias específicas; parâmetros da intersetorialidade, com foco na assistência social. Possui dados sobre as metas e público-alvo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); conhece leis que dispõem sobre educação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); correlaciona artigos do ECA ao gasto público na educação e compara informações orçamentárias de outros municípios.

### Temáticas orçamentárias

Estruturas de gestão de recursos; tensão entre interesses coletivos (governo, sociedade civil e profissionais de educação). □

## FICHA TÉCNICA

---

### **Realização**

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

### **Financiador**

Save the Children Reino Unido

---

### **Supervisão Editorial**

Veet Vivarta

### **Coordenação**

Carlos Ely Souto Abreu

### **Redação**

Ana Flávia Flôres

### **Entrevistas**

Ana Flávia Flôres, Eliziane Lara, Flávia Ximenes, Graziela Reis,  
Guilherme Custódio, Gustavo Krawser,  
Ivanise Andrade, Pedro Quesado, Rachel Costa.

### **Foto**

Antônio Cruz/ABr

### **Projeto Gráfico**

Viviane Barros

### **Diagramação**

Maria Rita Silva e Viviane Barros

### **Revisão**

Aline Falco e Marília Mundim